



MANUAL DO ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL - IEGE

1. INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG tem como missão exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade. Voltado para o aprimoramento das suas ações, busca um controle externo das contas públicas que vá além do controle formal dos gastos e que agregue a avaliação da qualidade e o impacto produzido na realidade existente, a fim de, deste modo, contribuir para o melhor emprego dos recursos públicos e para a satisfação dos anseios da sociedade.

No exame da Prestação das Contas Governamental de 2010, este Tribunal de Contas, atuando de forma convergente com o novo modelo de gestão adotado pelo Governo do Estado, orientado para resultados, iniciou o desenvolvimento e a aplicação de nova proposta metodológica para a avaliação dos resultados e impactos das políticas públicas estaduais, a partir da estratégia de desenvolvimento delineada no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI e materializada por meio dos programas constantes no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Consolidando os objetivos definidos em seu Plano Estratégico 2015-2019 de “Alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo” e de “Contribuir para a transparência e aprimoramento da gestão pública”, o Tribunal deu prosseguimento à iniciativa de 2010 de “aprimorar e ampliar os indicadores da gestão pública estadual”. Em 2015, incorporou ao conjunto de suas atividades a apuração de indicadores finalísticos destinados a compor o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, proposto a todos os TCs do Brasil pelo Instituto Rui Barbosa – IRB a fim de mensurar os serviços públicos e a efetividade de políticas públicas, além da qualidade dos gastos e dos investimentos realizados pelas administrações municipais.

A partir de 2016, o corpo técnico do Tribunal intensificou a realização de estudos para proposição de novo paradigma de controle da gestão estadual, com o objetivo de, inspirado no IEGM, elaborar o Índice de Efetividade da Gestão Estadual – **IEGE**, cuja metodologia será também disponibilizada pelo IRB a todos os TCEs brasileiros.

Em 2017, em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais – a cujos técnicos apresentamos agradecimentos pela valiosa contribuição –, o TCEMG desenvolveu o processo criativo dos 292 quesitos das 7 dimensões avaliadas pelo **IEGE**: planejamento, gestão fiscal, educação, saúde, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

O índice também inclui na avaliação aspectos convergentes às metas favoráveis ao desenvolvimento sustentável estabelecidas no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, da Organização das Nações Unidas – ONU.

Neste contexto, merece destaque o Índice de Avaliação do Planejamento – IAP, desenvolvido

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

pelo próprio corpo técnico do Tribunal, o qual mede a frequência de ações de programas, por faixa de execução orçamentária, considerando a relação entre o planejamento inicial e execução físico-financeira, demonstrando a qualidade do planejamento realizado pelo Estado.

O objetivo do **IEGE** é avaliar a qualidade dos meios empregados para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão estadual, considerando, sobretudo, os aspectos do bem-estar social.

2. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL – IEGE

Segundo a máxima de Robert Kaplan e David Norton, aquilo que não pode ser medido não pode ser gerenciado. Nesse sentido, a construção do IEGE Minas se baseou no conceito SMART¹, que define objetivos desde o planejamento até a aplicação. SMART é um acrônimo para as palavras Specific, Measurable, Attainable, Relevant e Time Bound, a saber:

S — Specific (Específico)

Os quesitos foram demarcados pela objetividade, a fim de não possibilitar dúvidas na interpretação da pergunta e da pontuação correspondente.

M — Measurable (Mensurável)

A proposta foi traduzir em números, para avaliação, as respostas dadas aos quesitos.

A — Attainable (Atingível)

Os questionamentos propostos seguiram uma razoabilidade mínima, a fim de que os resultados a se alcançarem não pareçam ideais irrealizáveis e distantes; além do que foram desenvolvidos em consenso entre todos os envolvidos, considerando que o A, de Attainable, também é referenciado como a inicial de “Agreed Upon”, realizado em comum acordo.

¹Toledo, M. (23 de novembro de 2016). Artigos. Indicadores e metas SMART: saiba tudo sobre o método
Fonte: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/indicadores-e-metas-smart-saiba-tudo-sobre-o-metodo/100113/>

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

R — Relevant (Relevante)

No momento de avaliação dos quesitos de cada uma das dimensões, verificou-se a relevância dos questionamentos em relação aos ideais e valores defendidos pelo Tribunal de Contas e pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

T — Time-Bound (Temporizável)

Na definição dos quesitos, ponderou-se, inclusive, o número de questões a serem respondidas, considerando a necessidade de prazo razoável para que a atividade seja exequível para o Estado sem prejuízo de suas ações rotineiras.

Outra premissa considerada, é a divisão de competências na república federativa, que se fundamenta no princípio da predominância do interesse². Assim, a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios repartem, entre si, as obrigações – à União cabe satisfazer os interesses gerais; aos Estados-Membros, os interesses regionais; aos Municípios, os interesses locais; e ao Distrito Federal, interesses regionais e locais.

O **IEGE** reflete as principais responsabilidades do Estado na repartição de competências dentro da Federação. Apesar de inspirado no Índice de Efetividade da Gestão Municipal, o **IEGE** e o **IEGM** diferem em duas das suas dimensões exatamente pela especificidade da atuação do Estado. Enquanto o **IEGE** incorpora as dimensões de Segurança Pública e de Desenvolvimento Econômico, integram o **IEGM** as dimensões Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia da Informação.

As sete dimensões avaliadas pelo **IEGE** quanto à qualidade das políticas, ações e gastos públicos são assim denominadas:

- Planejamento: **i-PLANEJ**: Índice Estadual do Planejamento;
- Gestão Fiscal: **i-FISCAL**: Índice Estadual da Gestão Fiscal;
- Educação: **i-EDUC**: Índice Estadual da Educação;
- Saúde: **i-SAÚDE**: Índice Estadual da Saúde;
- Segurança Pública: **i-SEGP**: Índice Estadual da Segurança Pública;
- Meio Ambiente: **i-AMB**: Índice Estadual do Meio Ambiente;
- Desenvolvimento Econômico: **i-DES**: Índice Estadual de Desenvolvimento Econômico.

² Moraes, A. d. (2001). *Direito Constitucional* (10 ed.). São Paulo: Atlas.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Na escolha das dimensões não se considerou, exclusivamente, a materialidade dos gastos públicos, tendo sido selecionadas, sobretudo, pela importância no contexto de uma gestão efetiva que busca a materialização dos direitos fundamentais.

O **IEGE** é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado;
- Dados estatísticos de instituições oficiais (IBGE, IPEA, etc.);
- Dados oriundos das Prestações de Contas Anuais do Governo do Estado;
- Dados provenientes dos sistemas do Governo do Estado;
- Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF);
- Informações obtidas a partir de questionários preenchidos pelo Governo Estadual;
- Informações obtidas a partir de sites oficiais como os das Secretarias de Estado e Poder Legislativo;
- Dados e informações obtidos a partir de ações de controle externo do Tribunal;
- Dados e informações de bases de entidades e organizações parceiras;
- Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) aplicado em algumas dimensões.

O **IEGE** é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Cada dimensão possui valor total de 100 pontos, distribuídos pelos diversos quesitos, pontuados escalonadamente.

A pontuação conferida a cada quesito varia entre 0 e 3, com exceção do questionamento sobre o Índice de Avaliação do Planejamento (IAP), ao qual foram atribuídos 5 pontos. A distribuição dos pontos foi realizada de acordo com a relevância do questionamento no conjunto da dimensão, respeitando-se o total de 100 pontos por dimensão.

A atribuição da pontuação foi realizada pela equipe do TCEMG em parceria com o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, que participou por meio das Secretarias responsáveis pelas temáticas relativas a cada uma das dimensões.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Também foram utilizados os parâmetros estabelecidos em documentos oficiais, a exemplo dos indicadores constantes no Processo de Pactuação Interfederativa para os anos de 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em saúde.

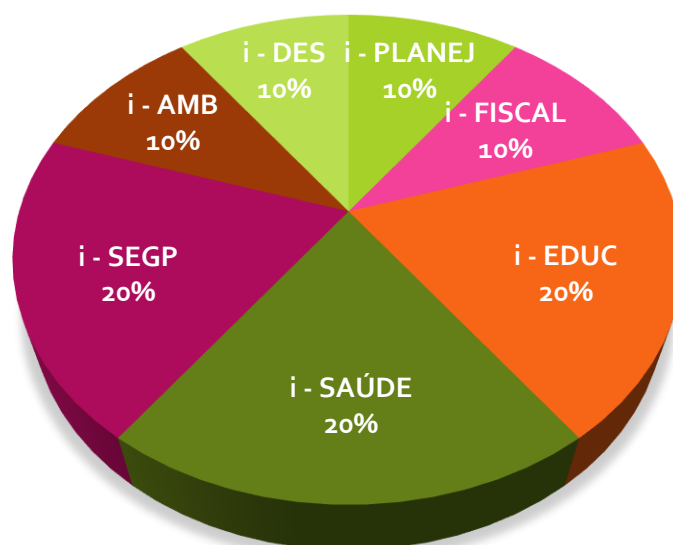
No caso da Segurança Pública, os quesitos tiveram como parâmetros as políticas públicas implementadas pelo Estado de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, os questionamentos convergiram às metas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, estabelecidas no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas – ONU.

Aos quesitos informativos não foram atribuídos pontos, ressaltando que os dados e informações de cada dimensão alimentarão banco de dados com vista a subsidiar tanto as ações de controle externo quanto as ações do gestor para melhoria da administração estadual.

Ressalta-se que, embora as respostas dadas pelo Governo do Estado nos questionários sejam declaratórias, as informações prestadas ao Tribunal serão validadas mediante auditorias, pesquisas em bancos de dados oficiais, prestações de contas e outras fontes.

Para o cálculo geral do IEGE, foram atribuídos pesos de 20% às dimensões i-EDUC, i-SAÚDE e i-SEGP; e 10% para o i-AMB, i-DES, i-PLANJ e i-FISCAL, considerando-se a relevância das mesmas, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Atribuição de Pesos as Dimensões



ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Métrica de Cálculo do IEGE - Modelo Matemático

IEGE = [(i-EDUC)X20 + (i-SAÚDE)X20 + (i-PLANEJ)X10 + (i-FISCAL)X10 + (i-AMB)X10 + (i-SEGP)X20 + (i-DES)X10 / 100

$$\bar{x}_p = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \dots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n} = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i \cdot x_i)}{\sum_{i=1}^n p_i}$$

Onde:

x1 = i-EDUC	P1 = 20
x2 = i-SAÚDE	P2 = 20
x3 = i-PLANEJ	P3 = 10
x4 = i-FISCAL	P4 = 10
x5 = i-AMB	P5 = 10
x6 = i-SEGP	P6 = 20
x7 = i-DES	P7 = 10
(p1 + ... + p7) = 100	

$i-EDUC(x1) = \frac{\text{somatório da pontuação obtida nos quesitos} - i-EDUC}{100 \text{ (total da pontuação)}}$

$i-DES(x7) = \frac{\text{somatório da pontuação obtida nos quesitos} - i-DES}{100 \text{ (total da pontuação)}}$

$$i-DIM = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{\sum_{i=1}^n y_i} = \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{100}, \quad i \geq 1, \in N$$

onde,
 i-DIM = i-EDUC, i-SAÚDE, i-PLANEJ, i-FISCAL, i-AMB, ISEGP, i-DES
 x = nota obtida no quesito
 y = nota máxima do quesito $\rightarrow \sum_{i=1}^n y_i = 100$
 i= número do quesito
 n= total de quesitos

Faixas de resultado

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) em função do resultado final do IEGE.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

- NOTA A: ALTAMENTE EFETIVA;
- NOTA B+: MUITO EFETIVA;
- NOTA B: EFETIVA;
- NOTA C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO;
- NOTA C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO.

As notas obedecerão aos seguintes critérios, sem exposição numérica de ranking:

Notas	CrITÉrios
A	IEGE $\geq$ 90 e ao menos 4 (quatro) índices componentes com nota A, incluindo os índices i-SAÚDE e i-EDUC.
B+	IEGE $\geq$ 75 < 90
B	IEGE $\geq$ 60 < 75
C+	IEGE $\geq$ 50 < 60
C	IEGE < 50

Observação: quando não ocorrer a aplicação de 12% da receita vinculável na Saúde e de 25% na Educação, o Estado perde 5 pontos (no caso de um só índice) ou 10 pontos (no caso dos 2 índices) no total do IEGE, por descumprimento dos índices constitucionais.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

2.1.1. Dimensões

Apresentam-se, a seguir, o objetivo, a metodologia aplicada, a temática e o memorial de cálculo referentes às sete dimensões do IEGE.

2.1.2. i-PLANEJ

Objetivo

O índice do Planejamento permite visualizar aspectos quantitativos e qualitativos dos instrumentos de planejamento do Estado, evidenciando como acontece o planejamento governamental e sua gestão, a conformidade dos atos com as normas pertinentes, a transparência, o nível de aderência em sua execução, resultados alcançados, além de aspectos institucionais e de governança, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os resultados.

Para isso, analisam-se os percentuais gerados a partir da comparação entre a execução orçamentária e o que foi estabelecido no planejamento do Ente. Por meio desse comparativo, é possível visualizar o grau de eficácia na execução do planejamento governamental, que refletirá, direta ou indiretamente, na qualidade de vida dos cidadãos.

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a coerência entre as entregas efetuadas e os recursos financeiros empregados, bem como os resultados da execução orçamentária por meio da evolução dos indicadores dos programas governamentais.

É também aferido o grau de alteração do planejamento inicial, mediante a comparação com os valores finais executados.

Outra apuração do **i-PLANEJ** refere-se ao grau de participação social na elaboração e execução dos instrumentos de planejamento governamental.

Metodologia Aplicada

O **i-PLANEJ** contempla a análise da evolução dos resultados dos indicadores de programas do PPA em relação às metas e aos anos anteriores, emprega o Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) aplicado pelo TCEMG para análise qualitativa do planejamento, além de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle. Permite, ainda, confrontar o planejamento orçamentário inicial com os valores finais executados e promover o monitoramento e a avaliação da participação popular na construção e execução dos instrumentos de planejamento governamental, por meio dos registros contábeis específicos e do acesso aos sites dos Poderes Executivo e Legislativo.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão, relativos ao aparato institucional dedicado ao planejamento governamental, a sua elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e divulgação dos respectivos dados.

A temática foi desenvolvida em 40 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I – Planejamento e Orçamento;
- II - Plano Plurianual – PPA;
- III - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- IV - Lei Orçamentária Anual – LOA;
- V - Execução Orçamentária;
- VI - Participação Social;
- VII - Institucional.

Vale registrar a relevância no **i-PLANEJ** do quesito referente ao IAP, cujo objetivo é captar em que medida o Governo tem obtido êxito no planejamento orçamentário de programas e ações do PPAG. O referido índice evidencia que a adequação do planejamento é garantida se houver regularidade no cumprimento satisfatório das metas pactuadas e equilíbrio na execução físico-financeira.

O cálculo do IAP demonstra em que medida o Estado obtém ou não êxito no planejamento orçamentário de ações e programas do PPA (Plano Plurianual). Com tal fim, o indicador é segmentado em três componentes: a) frequência por total de ações com taxa de execução financeira entre 70% e 130%; b) frequência por total de ações com taxa de execução física entre 70% e 130%; e c) frequência por total de ações com Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária – IEEO entre 0,7 e 1,3.

Os três componentes são multiplicados por 100, somados, e divididos por três a fim de se obter uma média dos fatores.

A eficácia do planejamento é garantida se houver regularidade no cumprimento satisfatório das metas e equilíbrio na execução físico-financeira.

Logo, o IAP pode variar entre cem (todas as ações com eficácia) e zero (todas ineficazes), representando o grau de eficácia do planejamento conforme tabela a seguir:

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

TABELA
 Interpretação de Resultado do IAP

Intervalo	Grau de Eficácia
>80 e ≤100	ótimo
>60 e ≤80	bom
>40 e ≤60	razoável
>20 e ≤40	baixo
≥0 e ≤20	crítico

FONTE: Elaborado pela Cfamge

Para efeito do **IEGE**, esses resultados serão pontuados conforme demonstrado na tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Ótimo	5
Bom	4
Razoável	3
Baixo	2
Crítico	1

Considerando que os componentes do IAP envolvem cálculos de frequência de eventos, o índice é apurado a partir de duas etapas. A primeira etapa de apuração do IAP consiste no cálculo das taxas de execução físico-financeira e do IEEO de cada ação, segundo as seguintes fórmulas:

$$EFIN_i = \frac{\text{Execução financeira}_i}{\text{Dotação financeira inicial}_i}$$

$$EFIS_i = \frac{\text{Execução física}_i}{\text{Meta física inicial}_i}$$

$$IEEO_i = \frac{EFIS_i}{EFIN_i}$$

Em que: $i = i$ -ésima ação da base de dados.

O próximo passo consiste na apuração da proporção de ações que tiveram desempenho orçamentário satisfatório, ou seja, o número de ações que tiveram o cálculo das EFIN e EFIS entre 70% e 130%, e IEEO entre 0,7 e 1,3, dividido pelo número total de ações. O IAP é calculado a partir de uma média simples das frequências encontradas e multiplicado por 100.

Exemplo: De 1.255 ações do PPA, 454 (36,18%) apresentaram execução financeira (EFIN) satisfatória, entre 70% e 130% do programado na LOA; 616 ações (49,08%) apresentaram execução física (EFIS) satisfatória, entre 70% e 130% do programado na LOA, e 378 ações

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

(30,12%) apresentaram o IEEO satisfatório, entre 0,7 e 1,3. Logo, o IAP é 38,46, ou seja, $(36,18\% + 49,08\% + 30,12\%) \times 100 / 3$. Nesse exemplo, o IAP se enquadraria no grau baixo com pontuação 02.

Memorial de Cálculo do i-PLANEJ

QUESITOS	PONTUAÇÃO
I. Planejamento e Orçamento	
1. O estado possui Plano Estratégico, de longo prazo (mínimo de 12 anos), no qual se vinculam os demais instrumentos de planejamento?	Sim para as duas perguntas - 03 Sim para a 1 - 02 Não - 00
1.1 Existe a participação da sociedade no seu processo de elaboração?	Sim para as três perguntas - 03 Não - 00
2. O Estado elabora diagnóstico e levantamento dos problemas, necessidades, deficiências, antecedentes ao planejamento?	Sim para as três perguntas - 03 Não - 00
2.1 As dimensões contempladas no IEGE (Planejamento, Fiscal, Saúde, Educação, Meio-ambiente, Desenvolvimento Econômico e Segurança Pública) são diagnosticadas?	
2.2 Os problemas/demandas diagnosticados são contemplados nos instrumentos de planejamento e orçamento?	
3. O Estado disponibiliza ao Tribunal de Contas (controle prévio) os instrumentos de planejamento e gestão (PPA, LDO e LOA) antes do envio ao Poder Legislativo?	Sim - 02 Não - 00
4. Os projetos de lei contendo os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) foram remetidos ao legislativo nos prazos legais estabelecidos?	Sim - 02 Não - 00
5. O Poder Legislativo aprovou os instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA) nos prazos constitucionais?	Informativa
6. Existe a divulgação dos instrumentos de planejamento? Informar o meio de divulgação.	Sim para as duas perguntas - 03 Sim para a pergunta 6 - 02 Não - 00
6.1 O PPA é divulgado com os programas e seus indicadores; e os projetos e atividades com metas físicas e financeiras?	
Subtotal - I. Instrumentos de Planejamento e Orçamento	6 quesitos
II. PPA	
7. Qual é o percentual de programas do PPA com indicadores?	≥ 60% - 03
7.1 Todos os indicadores foram apurados?	≥ 40% - 02 ≥ 20% - 01 < 20% - 00 7.1 Informativa
8. Qual é o percentual dos indicadores de programas do PPA apurados que apresentou melhora em relação ao ano anterior?	≥ 60% - 03 ≥ 40% - 02 ≥ 20% - 01 < 20% - 00
9. Há monitoramento e avaliação da execução do PPA com emissão de relatórios periódicos e final?	Sim para a pergunta 9 e se marcar a e b na pergunta 9.1 - 03 Sim para a pergunta 9 e se marcar a na pergunta 9.1 - 02 Não - 00
9.1 Qual o conteúdo desses relatórios? a) Programas Previstos e Executados b) Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados c) outros detalhamentos (especificar): <texto livre>	
10. Informe o percentual de ações dos programas do PPA com taxa de execução física e financeira entre 70% e 130% no ano avaliado, em relação ao total de ações previstas no orçamento inicial (LOA): a) Físico (Execução física/Previsão física inicial) b) Financeiro (Execução financeira/Previsão orçamentária inicial)	Calcular IAP: IEEO: $A/B = C$ Somar $(A + B + C / 3) \times 100$ IAP ≥ 80 - 05 IAP ≥ 60 - 04 IAP ≥ 40 - 03 IAP ≥ 20 - 02 IAP < 20 - 01
11. O PPA é revisado anualmente, para atualizar e incluir novas demandas?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - II. PPA	5 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

III. LDO		
12.	A LDO estabelece as prioridades e metas do governo?	Sim - 03 Não - 00
13.	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira quando a execução da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal ao final de cada bimestre?	Sim - 03 Não - 00
14.	A LDO prescreve condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	Sim - 03 Não - 00
15.	Na LDO estão definidos os critérios de contingenciamento?	Sim - 03 Não - 00
16.	A LDO dispõe normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos? (art. 4º LRF)	Sim - 02 Não - 00
17.	O Anexo de Metas Fiscais integra a LDO, nos termos exigidos pela LRF? (art. 4º, § 1º e 2º LRF)	Sim - 03 Não - 00
18.	O Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO, nos termos exigidos pela LRF, com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas? (art. 4º, § 3º LRF)	Sim para as duas perguntas - 03 Sim para a pergunta 1 - 02 Não - 00
18.1	O Anexo foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN? (art. 50, §2º LRF)	
Subtotal - III. LDO		7 quesitos
IV. LOA		
19.	A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO?	Sim - 03 Não - 00
20.	O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa?	Sim - 03 Não - 00
21.	Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	≤ 10% 03 > 10% ≤ 20% 02 > 20% 01 Não há previsão 00
22.	As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência são realizadas mediante prévia autorização legislativa?	Sim - 02 Não - 00
23.	Qual o percentual de emendas parlamentares incluídas ao projeto de lei da LOA em relação ao total do orçamento?	Informativa
Subtotal - IV. LOA		5 quesitos
V. Execução Orçamentária		
24.	Qual o percentual de alteração do planejamento inicial na execução do orçamento do ano avaliado?	> 130% - 0 > 70% ≤ 130% - 03 > 50% ≤ 70% - 02 < 50% - 0
25.	Qual o percentual de execução das emendas parlamentares no orçamento do ano avaliado?	Informativa
Subtotal - V. Execução Orçamentária		2 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

VI. Participação Social	
26. Para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA), é garantida a participação social por meio de audiências públicas?	Sim - 03 Não - 00 Se a resposta for não, avançar para o tópico VII - "Institucional"
27. Há margem no orçamento destinada aos programas e/ou ações de projetos originários da participação popular? Informe o percentual da margem e o percentual da execução financeira.	Sim, e o percentual de execução financeira: ≥70% - 02 <70% - 01 Não - 00
28. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias? a) Presencial b) Internet c) Outros (especificar): <texto livre>	Presenciais e pela internet - 02 Só uma das modalidades - 01 Permitir marcar mais de uma alternativa
29. Quais canais de comunicação são utilizados pelo Estado para divulgação e anúncio dos resultados das audiências públicas e das coletas de sugestões? a) Internet b) Diário Oficial c) Jornal de grande circulação d) Outros (especificar): <texto livre>	Duas formas de divulgação - 02 Uma forma de divulgação - 01 Permitir marcar mais de uma alternativa
30. Quantas audiências públicas foram realizadas no ano avaliado? a) audiências públicas de planejamento: b) audiências públicas de monitoramento:	≥ 5 audiências de planejamento - 2 > 1 e < 5 audiências de planejamento - 1 nenhuma - 00 Audiências de monitoramento - informativa
31. As audiências públicas são realizadas de forma regionalizada?	Sim - 02 Não - 00
32. Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas pelos órgãos de controle e pela sociedade? Especificar.	Sim - 02 Não - 00
Subtotal - VI. Participação Social	
7 quesitos	
VII. Institucional	
33. Existe órgão responsável pelo controle interno no estado criado por lei?	Sim para todas as perguntas - 03
33.1 O órgão é independente na estrutura administrativa e tem acesso a todas as informações?	Não - 00
33.2 Suas atribuições são formalmente definidas?	
33.3 Monitora os indicadores (metas) e avalia os resultados, quanto à eficácia e eficiência, e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial?	
33.4 Apoia o controle externo na sua missão institucional e dá ciência ao TCE quando toma conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade?	
34. Existe setor estruturado em cada órgão e entidade de governo para efetuar e monitorar a execução do seu planejamento?	Sim - 03 Não - 00
35. Existe carreira específica de servidores com habilidade técnica de planejamento gestão e orçamento?	Sim para a pergunta 35 - 02 Não para a pergunta 35 e sim para 35.1 - 01 Não para as duas perguntas - 00 Abrir a 35.1 se a resposta da 35 for não
35.1 Não havendo carreira específica, os servidores das áreas de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva à matéria?	
36. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem capacitação específica para o desempenho da função?	Sim e ≥ 40 horas 03 Sim e ≥ 20 e < 40 horas 02 Sim e < 20 horas 01 Não 0
36.1 Qual a carga horária anual da capacitação?	Não 0
37. O Estado adota manual e/ou tutorial sobre o planejamento e sua execução para fins da gestão do conhecimento?	Sim - 02 Não - 00
38. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento?	Sim para as duas perguntas 02 Sim para a pergunta 38 - 01 Não 00
38.1 O sistema informatizado é multiusuário (os órgãos e entidades o alimentam e a unidade central de planejamento valida e consolida)?	
39. Há órgão da estrutura administrativa central do estado voltado para consolidar, monitorar e avaliar o planejamento e sua execução (PPA, LDO e LOA)?	Sim - 03 Não - 00
40. Há na estrutura administrativa do Estado a unidade Centro de Governo, responsável pela governança?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - VII. Institucional	
8 quesitos	
TOTALIZAÇÃO	
Quesitos: 40	
Pontos máximos: 100	
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	
i-PLANEJ = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100	
i-PLANEJ: 10/100 = 0,10 (10%)	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

2.1.3. i-FISCAL

Objetivo

O índice da Gestão Fiscal atesta a política fiscal estabelecida e a executada (direta ou indiretamente), facilitando ao usuário da informação compreensão adequada dos resultados das decisões tomadas pelos administradores públicos no que diz respeito à gestão fiscal.

Para isso, são analisados aspectos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, da receita e da despesa, com destaque para as medidas adotadas para a melhoria da arrecadação, o cumprimento de metas e dos limites constitucionais e legais estabelecidos, dentre os quais o nível de endividamento do Estado, os gastos com pessoal e a conformidade legal dos atos. Enfim, avalia se a gestão pública é conduzida de forma adequada e responsável, tendo em vista o equilíbrio fiscal e a melhor prestação de serviços públicos à população.

Metodologia Aplicada

O **i-FISCAL** é elaborado a partir de dados e informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, constantes dos sistemas informatizados do Estado, no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), além de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão fiscal, relativos a receitas e despesas, para entendimento dos processos de gestão realizados.

A temática foi desenvolvida em 40 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I - Metas Fiscais;
- II - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;
- III - Resultado Fiscal;
- IV - Execução da Receita;
- V - Execução da Despesa;
- VI - Execução de Investimentos;
- VII - Despesa com Pessoal e Terceiros;
- VIII - Previdência;
- IX - Dívida Ativa;
- X - Dívida Pública;
- XI - Restos a Pagar (Dívida Flutuante);
- XII - Operações de Crédito;

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

XIII - Precatórios;

XIV - Alienação de Bens e Direitos.

Memorial de Cálculo do i-FISCAL

QUESITOS	PONTUAÇÃO
I. Metas Fiscais	
1. As metas estabelecidas na LDO para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública foram alcançadas?	Sim - 3 Parcial - 3 Não - 0
a) sim	
b) parcialmente	
c) não	
1.1 Descrever as metas que não foram alcançadas.	Se marcar parcial, abrir a pergunta 4.1
Subtotal - I. Metas Fiscais	1 quesito
II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal	
2. O Poder Executivo publicou, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária dos Poderes do Estado incluídos os órgãos e entidades da administração direta e indireta? (Art. 165, § 3º, CR/88 e art. 52, LRF)	Sim - 03 Não - 00
3. Os titulares dos Poderes e órgãos publicaram, em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre, relatório de gestão fiscal? (art. 54 da LRF)	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal	2 quesitos
III. Resultado Fiscal	
4. O total das despesas primárias suplantou o total das receitas primárias no exercício? (Resultado Primário)	Sim - 03 Não - 00
5. Quanto ao Resultado Nominal, o Estado cumpriu a meta estabelecida na LDO para o exercício em referência?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - III. Resultado Fiscal	2 quesitos
IV. Execução da Receita	
6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas: (art. 13 da LRF)	Sim para todas as alternativas - 03
a) ao combate à evasão e sonegação fiscal de receitas.	Sim para duas alternativas - 02
b) à evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.	
c) ao aumento da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa.	Se marcar a letra d - 00
d) não foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação	
7. As receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação? (art. 13 da LRF)	Sim para as duas perguntas - 03
7.1 O Estado monitora a execução orçamentária da receita prevista na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	Sim para a pergunta 10 - 02 Não - 00
8. Consta na LDO meta para arrecadação do ICMS?	Sim e ≥ 70% - 03
8.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ICMS?	Sim e ≥ 50% - 02 Sim e < 50% - 01
9. Consta na LDO meta para arrecadação do IPVA?	Sim e ≥ 70% - 03
9.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do IPVA?	Sim e ≥ 50% - 02 Sim e < 50% - 01
10. Consta na LDO meta para arrecadação do ITCD?	Sim e ≥ 70% - 03
10.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ITCD?	Sim e ≥ 50% - 02 Sim e < 50% - 01
11. Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual:	Informativa
a) das renúncias consolidada e nova	
b) dos benefícios heterônomos	
12. Existem critérios de mensuração das contrapartidas advindas de renúncia de receita decorrente da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária promovida pelo Estado?	Sim para a pergunta 15 - 03 não - 00 15.1 e 15.2 informativas
12.1 Quais são os critérios utilizados?	
12.2 Quais foram os principais resultados apresentados no ano avaliado?	
Subtotal - IV. Execução da Receita	7 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

V. Execução da Despesa		
13.	O Estado monitora a execução orçamentária da despesa fixada na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?	Sim - 03 Não - 00
14.	O Estado estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso? (art. 8º da LRF e os arts. 47 a 50 da Lei Federal 4.320/64)	Sim - 03 Não - 00
15.	O Estado realiza limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais? (art.9º da LRF)	Sim - 03 Não - 00
16.	A abertura de créditos adicionais se deu nos limites fixados em lei e com indicação dos recursos e justificativas correspondentes? (art. 42 e 43 da Lei 4.320/64)	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - V. Execução da Despesa		4 quesitos
VI. Execução de Investimentos		
17.	A execução orçamentária dos investimentos do Orçamento Fiscal ocorreu de forma regionalizada? (CE/ 89 e LDO)	Sim - 02 Não - 00
18.	Qual foi a taxa de investimento observada na execução do orçamento em relação à Receita Corrente Líquida no ano avaliado?	Informativa
Subtotal - VI. Execução de Investimentos		2 quesitos
VII. Despesa com Pessoal e Terceiros		
19.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida?	≤ 46,4% - 03 > 46,4% e < 49% - 02 ≥ 49% - 00
20.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Legislativo (Assembleia e TCE) em relação à receita corrente líquida?	≤ 2,84% - 03 > 2,84% e < 3% - 02 ≥ 3% - 00
21.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Judiciário em relação à receita corrente líquida?	≤ 5,60% - 03 > 5,60% e < 6% - 02 ≥ 6% - 00
22.	Qual o percentual da despesa com pessoal do Ministério Público em relação à receita corrente líquida?	≤ 1,89% - 03 > 1,89% e < 2% - 02 ≥ 2% - 00
23.	Qual o percentual da despesa com pessoal consolidada do Estado em relação à receita corrente líquida?	≤ 56,9% - 03 > 56,9% e < 60% - 02 ≥ 60% - 00
24.	Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de: a) serviços de consultoria b) mão de obra temporária c) mão de obra terceirizada	Informativa
Subtotal - VII Despesa com Pessoal e Terceiros		6 quesitos
VIII. Previdência		
25.	Existe equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS?	Sim - 03 Não - 00
26.	Existe equilíbrio atuarial do RPPS?	Sim - 02 Não - 00
27.	O Estado criou e implementou Previdência Complementar?	Sim - 02 Não - 00
28.	Nos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS, o Estado observa a Portaria MPS 746/2011 que determina a aplicação financeira desses recursos por no mínimo 5 anos?	Sim - 02 Não - 00
Subtotal - VIII. Previdência		4 quesitos
IX. Dívida Ativa		
29.	Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, quais os percentuais de: a) recebimento b) demais modalidades de extinção e exclusão	Informativa
30.	Qual o percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa no ano avaliado, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos?	0% - 02 > 0 < 10% - 01 ≥ 10% - 00
Subtotal - IX. Dívida Ativa		2 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

X. Dívida Pública		
31. O montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos) respeitou os 11,5% da receita Corrente Líquida, conforme Resolução do Senado Federal? (Resolução 43/01, art. 7º, inciso II, observando as exclusões fixadas no § 8º desse mesmo artigo).	Sim - 03 Não - 00	
32. O Estado realizou as metas e os compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF?	Sim para a pergunta 35 e 35.1 - 03	
32.1 E a avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o cumprimento dessas metas tem sido positiva? (Medida Provisória 2.192-70 de 24/08/01, art. 26).	Sim para a pergunta 35 - 02 não - 00	
33. O montante da Dívida Pública Estadual respeitou os limites estabelecidos na Resolução do Senado Federal? (Resolução 40/01, arts. 3º e 4º).	Sim - 03 Não - 00	
Subtotal - X. Dívida Pública	3 quesitos	
XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)		
34. O valor inscrito em Restos a Pagar no ano anterior foi pago no exercício avaliado?	Sim, 100% - 03 Sim, entre 75% e 99% - 02 Sim, < 75% - 00	
35. Os Restos a Pagar do ano avaliado foram inscritos com a correspondente disponibilidade de caixa? Informe o montante.	Sim - 03 Não - 00	
Subtotal - XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)	2 quesitos	
XII. Operações de Crédito		
36. As Operações de Crédito realizadas no exercício foram inferiores ao montante das Despesas de Capital realizadas pelo Estado? (LRF art. 12, § 2º; e CF art. 167, inciso III - Regra de Ouro)	Sim - 03 Não - 00	
37. Os limites e as condições para a realização de Operações de Crédito, bem como o saldo global das Garantias Concedidas, ficaram de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal? (Resolução 43/01, art. 7º, inciso I, e art. 9º, caput); (LRF, art. 59, § 1º, inciso III).	Sim - 03 Não - 00	
Subtotal - XII. Operações de Crédito	2 quesitos	
XIII. Precatórios		
38. Existe suficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no exercício avaliado?	Sim - 02 Não - 00	
39. Está sendo observado o prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios, a contar de 1/1/16, conforme estabelece o caput do art. 97 do ADCT da CR/88?	Sim - 02 Não - 00	
Subtotal - XIII. Precatórios	2 quesitos	
XIV. Alienação de Bens e Direitos		
40. Houve aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes(ressalvada as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos)?	Sim - 02 Não - 00	
Subtotal - XIV. Alienação de Bens e Direitos	1 quesito	
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão FISCAL	
Quesitos: 40	i-FISCAL: 10/100 = 0,10 (10%)	
Pontos máximos: 100		
Pontos mínimos: 000		
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL		
i-FISCAL= (Somatório da pontuação de cada quesito)/100		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

2.1.4. i-EDUC

Objetivo

O Índice de Educação enseja conhecer melhor a realidade do Estado por meio de indicadores que estabeleçam métricas sobre a qualidade das ações na gestão da Educação Pública; em sua esfera de responsabilidade, que impactem a prestação dos serviços e a vida das pessoas, a exemplo de: melhoria dos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Pisa; estímulo da atuação mais efetiva dos Conselhos de Educação; aparelhamento das escolas com laboratórios e bons equipamentos; promoção do acesso dos alunos ao ensino profissionalizante, à educação especial e à melhoria da qualidade da alimentação escolar, do transporte na zona rural e do corpo docente.

Metodologia Aplicada

Na construção do **i-EDUC**, são utilizados dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Educação.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Educação.

A temática foi desenvolvida em 38 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I - Organização Escolar;
- II - Infraestrutura Escolar;
- III - Alimentação Escolar;
- IV - Transporte Escolar;
- V - Corpo Docente;
- VI - Políticas Educacionais;
- VII - Conselhos e Colegiados Escolares;
- VIII - Indicadores Educacionais;
- IX – Índice Constitucional/Legal;
- X - Governança.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Memorial de Cálculo do i-EDUC

QUESITOS	PONTUAÇÃO
I. Organização Escolar	
1. Quantas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio estão em funcionamento? EF: EM:	Informativa
2. O Estado promoveu levantamento sobre a existência de acesso (vagas disponíveis) para toda população em idade escolar dos ensinos fundamental e médio da rede estadual? Informe: a) Número de vagas: EF: EM: b) Percentual de vagas em relação à demanda: EF: EM: c) Número de matrículas: EF: EM: d) Percentual de matrículas em relação à demanda: EF: EM:	Sim - 03 Não - 00
3. Existem parâmetros para a enturmação dos estudantes? 3.1 Informe os parâmetros para enturmação: EF: EM: a) Informe os dados da enturmação efetiva (conforme parâmetro): EF: EM: 3.2 Os parâmetros estão sendo seguidos?	Sim e parâmetros foram seguidos - 03 Sim e parâmetros não foram seguidos - 02 Não - 00
Subtotal - I. Organização Escolar	3 quesitos
II. Infraestrutura Escolar	
4. Existem laboratórios de informática em funcionamento (utilizados pelos alunos) ou salas de aula com computadores nas instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio? 4.1 Qual é o percentual com relação ao total de escolas? EF: EM: 4.2 Qual é o percentual com conexão à internet com relação ao total de escolas? EF: EM:	Sim (laboratório + internet) - 03 Sim (laboratório, sem internet) - 02 Não - 00
5. Qual o percentual das instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que fornecem água filtrada, própria para consumo? EF: EM:	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00
6. Qual o percentual das instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem rede de coleta de esgoto ou fossa? EF: EM:	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00
7. Qual o percentual das instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que promovem a acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzidas? EF: EM:	≥ 90% - 03 ≥ 70 e < 90% - 02 ≥ 30% e < 70% - 01 < 30% - 00
8. Qual o percentual de instituições estaduais destinadas aos ensinos fundamental e médio que possuem bibliotecas em funcionamento? EF: EM:	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00
Subtotal - II. Infraestrutura Escolar	5 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

III. Alimentação Escolar		
9.	O Estado complementa, com recursos próprios, o valor repassado pelo Governo Federal para a alimentação escolar?	Sim - 03 Não - 00
9.1	Informe o percentual do complemento em relação ao valor recebido do Governo Federal. EF EM	
10.	Qual é o percentual de compra da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar? EF EM	≥ 30% - 03 < 30% - 02
11.	Há nutricionista responsável pela elaboração e acompanhamento do cardápio da alimentação escolar em todas as instituições da rede estadual de ensino? EF EM	Sim - 03 Não - 00
11.1	Qual é o percentual das instituições da rede estadual de ensino que tem o serviço de nutricionista? EF EM	
Subtotal - III. Alimentação Escolar		3 quesitos
IV. Transporte Escolar		
12.	Qual é o percentual de atendimento do serviço de transporte escolar em relação ao total de alunos residentes em zona rural?	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00
13.	O Estado tem registro das rotas seguidas pelos veículos do transporte escolar e do tempo gasto nas viagens? a. Informe a idade média da frota escolar	Sim, rota e tempo - 03 Sim, só rota ou só tempo - 02 Não - 00
Subtotal - IV. Transporte Escolar		2 quesitos
V. Corpo Docente		
14.	O Estado/Secretaria Estadual da Educação possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	Sim - 03 Não - 00
14.1	Informe o percentual de temporários em relação ao total de professores: Anos iniciais EF: Anos finais EF: EM:	
15.	O Estado cumpre o piso salarial nacional (jornada de 40h/sem) para todos os professores?	Sim - 03 Não - 00
15.1	Informe o percentual de professores efetivos com Especialização, Mestrado ou Doutorado, em relação ao total de professores: EF: EM:	
16.	Qual a quantidade de professores efetivos e temporários/designados destinados aos ensinos fundamental e médio? a) Professores efetivos: Anos iniciais EF: Anos finais EF: EM: b) Professores temporários: Anos iniciais EF: Anos finais EF: EM:	Informativa
17.	Qual a quantidade de professores efetivos com Especialização, Mestrado ou Doutorado, dos ensinos fundamental e médio? a) EF: Especialização: Mestrado: Doutorado: b) EM: Especialização: Mestrado: Doutorado:	Informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

18. Qual valor aplicado na capacitação do corpo docente estadual? (Ensinos Fundamental e Médio)	para a pergunta 18.1 Sim - 03 Não - 00
18.1 O valor aplicado no ano avaliado foi maior em relação ao ano anterior?	Não - 00
18.2 Informe o percentual aplicado em relação ao total dos recursos gastos em MDE.	18 e 18.2 Informativas
19. Qual a total de professores e diretores da rede estadual capacitados?	para a pergunta 19.3 Sim - 03 Não - 00
a) Professores:	Sim - 03
b) Diretores:	Não - 00
19.1 Informe o percentual de professores capacitados em relação ao total de professores da rede estadual de ensino.	19 e 19.1 e 19.2 Informativas
19.2 Informe o percentual de diretores capacitados em relação ao total de diretores da rede estadual de ensino.	
19.3 Há Programa Estadual estruturado para reconhecimento e incentivo à capacitação dos profissionais da Educação?	
20. Existem medidas a serem adotadas para substituição de profissionais em caso de ausência? Quais?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - V. Corpo Docente	7 quesitos
VI. Políticas Educacionais	
21. O Estado elaborou Plano Estadual de Educação?	Sim e alternativa a - 03
a) Plano elaborado e implementado	Sim e alternativa b - 01
b) Plano elaborado e em implementação	Não - 00
c) Plano não elaborado. Informar prazo para elaboração.	21.1. informativa
21.1 Qual a vigência do Plano?	
22. O Estado dispõe de política estruturada para desenvolver as competências de leitura e escrita de seus alunos com dificuldade de aprendizado?	Sim, tem metas e foi alcançado ≥ 80% - 03
22.1 Existem metas traçadas?	≥ 50 e < 80% - 02
22.2 Qual é o percentual alcançado das metas traçadas?	≥ 10% e < 50% - 01
22.3 Qual é o percentual de escolas da rede estadual de ensino atendidas com a política?	< 10% - 00
EF:	Sim e não tem metas - 02
EM:	Não - 00
	22.3 Informativa
23. O Estado oferta educação integral?	Sim - 03
23.1 Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam educação integral?	Não - 00
EF:	
EM:	23.1 informativa
a) Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação integral em relação ao total de escolas.	
EF:	
EM:	
b) Informe o número de alunos atendidos com a educação integral	
EF:	
EM:	
24. O Estado oferta Educação Especial na perspectiva inclusiva?	Sim - 03 Não - 00
24.1 Quantas instituições da rede estadual de ensino possuem condições (profissionais e infraestrutura) de prover Educação Especial na perspectiva inclusiva:	24.1 informativa
EF:	
EM:	
a) Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a Educação Especial na perspectiva inclusiva em relação ao total de escolas.	
EF:	
EM:	
b) Informe o número de alunos atendidos com a Educação Especial na perspectiva inclusiva:	
EF:	
EM:	
25. O Estado oferta educação profissional?	Sim - 03
25.1 Quantas instituições da rede estadual de ensino ofertam a educação profissional?	Não - 00 25.1 informativa
EJA:	
EM:	
a) Informe o percentual das instituições da rede estadual de ensino que ofertam a educação profissional em relação ao total de escolas.	
EJA:	
EM:	
b) Informe o número de alunos atendidos com a educação profissional.	
EJA:	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

26.	O Estado monitora a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 (Ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena") nas escolas estaduais?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - VI. Políticas Educacionais		6 quesitos
VII - Conselhos e Colegiados Escolares		
27.	Existe Conselho Estadual de Educação estruturado e atuante no Estado?	Sim e ≥ 6 reuniões - 03
27.1	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Educação durante o ano avaliado? (Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	Sim e ≥ 4 e < 6 reuniões - 02 Sim e < 4 reuniões - 00
28.	Existe Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (ConsFUNDEB) estruturado e atuante no Estado?	Sim e ≥ 6 reuniões - 03 Sim e ≥ 4 e < 6 reuniões - 02 Sim e < 4 reuniões - 00
28.1	Quantas reuniões foram realizadas pelo ConsFUNDEB durante o ano avaliado? (Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	
29.	Existem colegiados escolares formais e atuantes nas escolas da rede estadual de ensino?	Sim - 02 Não - 00
29.1	Informe o percentual de escolas com colegiado escolar formal e atuante em relação ao total de escolas.	29.1 informativa
Subtotal - VII. Conselhos e Colegiados Escolares		3 quesitos
VIII. Indicadores Educacionais		
30.	Durante o ano letivo, houve interrupção por greve ou por outros motivos?	Informativa
30.1	Quantos dias durou a interrupção?	
31.	O Estado aplicou programas de avaliação de rendimento escolar nos níveis fundamental e médio da rede estadual de ensino?	Sim - 03 Parcialmente - 02 Não - 00
32.	O Estado utilizou indicador de aprendizado para análise do desempenho nos ensinos fundamental e médio da rede estadual de ensino? Qual? Informe: IDEB EF anos iniciais: IDEB EF anos finais: IDEB EM: Outro (especificar)	Sim - 03 Não - 00
33.	O Estado monitora, na rede estadual de ensino, a taxa de abandono dos estudantes dos ensinos fundamental e médio?	Sim para as perguntas 33 e 33.1 e foi alcançado o percentual de:
33.1	Existem metas traçadas para redução da taxa de abandono?	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00
33.2	Qual o percentual alcançado das metas traçadas?	Sim para a pergunta 33 e não para a 33.1 - 02
34.	Qual a taxa de aprovação e abandono dos alunos da rede estadual? a) Taxa de aprovação: EF anos iniciais: EF anos finais: EM: b) Taxa de abandono: EF anos iniciais: EF anos finais: EM:	Informativa
35.	O Estado possui levantamento da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?	Sim para as perguntas 35 e 35.1 e foi alcançado o percentual de:
35.1	Existem metas traçadas para redução da distorção idade-série para os ensinos fundamental e médio?	≥ 80% - 03 ≥ 50 e < 80% - 02 ≥ 10% e < 50% - 01 < 10% - 00
35.2	Qual é o percentual alcançado das metas traçadas?	Sim para a pergunta 35 e não para a 35.1 - 02 Não - 00
Subtotal - VIII. Indicadores Educacionais		6 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

IX - Índice Constitucional/Legal		
36.	Qual o percentual da receita vinculada aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino?	≥ 25% - 3 pontos < 25% - 0 ponto
37.	Qual o percentual dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi aplicado com remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício?	≥ 60% - 3 pontos < 60% - 0 ponto
Subtotal - IX. Índices		2 quesitos
X - Governança		
38.	O Estado utiliza o Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP relativo às políticas públicas da Educação?	Sim para a pergunta 37 e 37.1 sendo: IAP > 80 e ≤ 100 Ótimo 05 IAP > 60 e ≤ 80 Bom 04 IAP > 40 e ≤ 60 Razoável 03 IAP > 20 e ≤ 40 Baixo 02 IAP ≥ 0 e ≤ 20 Crítico 01
38.1	Qual o resultado do Índice?	
Subtotal - X. Governança		1 quesito
TOTALIZAÇÃO		Peso da Dimensão Educação
Quesitos: 38		i-EDUC: 20/100 – 0,20 (20%)
Pontos máximos: 100		
Pontos mínimos: 000		
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL		
i-EDUC = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100		

2.1.5. i-SAÚDE

Objetivo

O índice de Saúde busca apresentar a realidade do Estado por meio de indicadores que estabeleçam métricas indicativas da gestão da Saúde Pública, em especial, na promoção e vigilância em saúde. O **i-SAÚDE** aborda quesitos acerca do melhor acesso aos serviços básicos de saúde, aprimoramento da política de assistência farmacêutica, redução da incidência de doenças crônicas, promoção da captação de órgãos para transplantes e sangue/hemoderivados para transfusão, incentivo à aderência às campanhas de saúde, e melhoria do planejamento das políticas de saúde, entre outras.

Metodologia Aplicada

Na elaboração do **i-SAÚDE**, são utilizados dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Saúde.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Saúde.

A temática foi desenvolvida em 50 quesitos e abordou as seguintes matérias:

I - Promoção e Vigilância em Saúde;

II - Saúde Materna e Infantil;

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

- III - Atenção Primária;
- IV - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- V - Média e Alta Complexidade;
- VI - Urgência e Emergência;
- VII - Assistência Farmacêutica;
- VIII - Transplante de Órgãos;
- IX - Banco de Sangue e Células-Tronco;
- X - Controle Social;
- XI - Conselho Estadual de Saúde;
- XII - Índice Constitucional;
- XIII – Gestão/Governança.

Memorial de Cálculo do i-SAÚDE

QUESITOS	PONTUAÇÃO
I. Promoção e Vigilância em Saúde	
1. O Estado dispõe de política de promoção da saúde para nortear as ações a serem executadas pelos municípios?	Sim – 02 Não – 00
2. O Estado realizou campanha anual de prevenção ou incentivo como por exemplo aleitamento materno, combate ao tabagismo, hipertensão, diabetes, combate ao uso de drogas e álcool e outros. Obs.: A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	≥ 5 campanhas - 02 < 5 campanhas - 01
3. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade: a. Pentavalente (3ª dose): b. Pneumocócica 10-Valente (2ª dose): c. Poliomielite (3ª dose): d. Tríplice Viral (1ª dose):	≥ 95% ≤ 100% - 03 ≥ 70% < 95% - 02 ≥ 50% < 70% - 01 < 50% - 00
4. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para adolescentes: a) HPV (meninas: 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos): b) Meningo C (12 a 13 anos reforço):	≥ 95% ≤ 100% - 03 ≥ 70% < 95% - 02 ≥ 50% < 70% - 01 < 50% - 00
5. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado, selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para adultos: a) Hepatite B (3ª dose): b) Tríplice Viral (2ª dose): c) Dupla Adulto:	Informativa
6. Informe a proporção de cobertura vacinal alcançada no ano avaliado para o imunobiológico Influenza recomendado no Calendário Nacional de Vacinação para a população acima de 60 anos.	≥ 90% ≤ 100% - 03 ≥ 70% < 90% - 02 ≥ 50% < 70% - 01 < 50% - 00

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

7.	Informe o quantitativo de casos notificados e confirmados e de óbitos por Dengue no Estado, bem como o a proporção de redução/evolução em relação ao ano anterior: a) casos notificados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%): b) casos confirmados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%): c) óbitos confirmados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%):	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5%: 3 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% em duas: 2 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5%: 1 sem redução: 0
8.	Informe o quantitativo de casos notificados e confirmados e de óbitos por Chikungunya no Estado, bem como o a proporção de redução/evolução em relação ao ano anterior: a) casos notificados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%): b) casos confirmados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%): c) óbitos confirmados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%):	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5%: 3 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% em duas: 2 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5%: 1 sem redução: 0
9.	Informe o quantitativo de casos notificados e confirmados e de óbitos por Zika no Estado, bem como o a proporção de redução/evolução em relação ao ano anterior: a) casos notificados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%): b) casos confirmados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%): c) óbitos confirmados: Quantidade: Redução (%): Evolução (%):	redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados e redução de casos notificados de pelo menos 2,5%: 3 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5% em duas: 2 redução de pelo menos 5% nos casos de óbitos confirmados ou redução de casos notificados de pelo menos 2,5%: 1 sem redução: 0
10.	Qual o coeficiente de incidência de Tuberculose (todas as formas) no Estado?	≤ 0,1 - 2 > 0,1 - 0
11.	Qual o coeficiente de mortalidade por Tuberculose (todas as formas) no Estado?	≤ 0,1 - 2 > 0,1 - 0
12.	Qual o percentual de cura dos casos novos de tuberculose (todas as formas) no Estado?	≥ 85% - 2 < 85% - 0
13.	Qual a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos da coortes?	≥ 88% - 2 < 88% - 0
14.	Qual o número de casos autóctones de malária?	14 informativa
14.1	Houve redução do número de casos em relação ao ano anterior?	14.1
15.	Qual o número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade?	15 informativa 15.1
15.1	Houve redução do número de casos novos em relação ao ano anterior?	Sim - 02
16.	Qual o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos?	16 informativa 16.1
16.1	Houve redução do número de casos novos em relação ao ano anterior?	Sim - 02 Não - 00
17.	Qual a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) no ano avaliado?	17 informativa
17.1	Houve redução da taxa em relação ao ano anterior? Informe o percentual de redução.	17.1 ≥ 2% - 2 < 2% - 1 < 1% - 0
18.	Qual a proporção de registro de óbitos com causa básica definida no ano avaliado em relação ao total de óbitos não fetais?	≥ 95% - 2 < 95 - 0
19.	Qual a proporção de exames citopatológicos do colo do útero realizados em mulheres de 25 a 64 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária?	19 informativa 19.1 Sim - 02
19.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao ano anterior?	Não - 00
20.	Qual a proporção de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos em relação à população de mulheres com a mesma faixa etária?	20 informativa 20.1 Sim - 02
20.1	Houve ampliação do número de exames realizados em relação ao ano anterior?	Não - 00
Subtotal - I. Promoção e Vigilância em Saúde		20 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

II. Saúde Materna e Infantil		
21.	Qual é a taxa de mortalidade infantil (de 0 a menor de 1 ano)?	para a pergunta 21.1
21.1	Houve redução da taxa de mortalidade em relação ao ano anterior?	sim - 02
22.	Houve redução no número de óbitos maternos no Estado em relação ao ano anterior? Informe o número de casos no ano avaliado.	para a pergunta 22
22.1	Qual a proporção de mortalidade materna no Estado entre último ano e o ano avaliado?	sim - 02 não - 00
23.	Qual a proporção de parto normal nas unidades da rede estadual de saúde?	pergunta 22.1 - informativa ≤ 70% - 02 > 70% - 00
24.	Qual a proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos?	informativa
Subtotal - II. Saúde Materna e Infantil		4 quesitos
III. Atenção Primária		
25.	O estado tem alguma política de saúde voltada para os povos e comunidades tradicionais?	Sim - 2 Não - 0
Subtotal - III. Atenção Primária		1 quesito
IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar		
26.	Qual o número de leitos credenciados pelo SUS?	Sim - 03
26.1	Houve ampliação no número de leitos credenciados pelo SUS no último ano?	Não - 00
26.2	Qual a proporção em relação ao ano anterior?	26 informativa
27.	O Estado possui gestão de estoque dos insumos (controla o estoque mínimo, variação do estoque dos produtos, tais como luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização de unidades da rede própria estadual de assistência em saúde?	Sim - 1 Não - 0
28.	O atendimento das unidades da rede própria estadual de assistência em saúde já foi interrompido (mínimo 1 dia de fechamento da unidade)? a) por falta de pessoal ou recursos b) por falta de insumos	Sim - 0 Não - 1
29.	O Estado possui gestão do descarte dos resíduos hospitalares?	Sim - 2 Não - 0
Subtotal - IV. Assistência Ambulatorial e Hospitalar		4 quesitos
V. Média e Alta Complexidade		
30.	Qual o percentual de CAPS com pelo menos 12 registros de matriciamentos para a atenção básica?	100% - 03 ≥ 70% < 100% - 02 ≥ 40% < 70% - 01 < 40% - 0
Subtotal - V. Média e Alta Complexidade		1 quesito
VI. Urgência e Emergência		
31.	Qual o percentual da cobertura do SAMU ou outro serviço similar de atendimento de Urgência sob a responsabilidade do Estado?	100% - 03 ≥ 80% < 100% - 02 ≥ 50% < 80% - 01 < 50% - 00
Subtotal - VI. Urgência e Emergência		1 quesito
VII. Assistência Farmacêutica		
32.	Qual o tempo médio entre o protocolo da solicitação e o primeiro fornecimento de medicamentos especializados?	> 0 e ≤ 40 dias - 03 > 40 e ≤ 80 dias - 02 > 80 e ≤ 120 dias - 01 > 120 dias - 0
Subtotal - VII. Assistência Farmacêutica		1 quesito
VIII. Transplante de Órgãos		
33.	O Estado dispõe de política estruturada de transplante de órgãos?	Sim - 02 Não - 00
34.	Qual o número de doações de múltiplos órgãos no ano avaliado?	Sim para as perguntas 34.1 - 02
34.1	Houve aumento das doações em relação ao ano anterior? Informe o percentual correspondente ao acréscimo.	Não - 00 34 e 34.2 informativas
34.2	Qual o percentual de concretização de doação de múltiplos órgãos pós-notificação?	
35.	Qual o número de transplantes de córneas realizadas no ano avaliado?	Sim para as perguntas 35.1 - 02
35.1	Houve aumento de transplantes de córneas em relação ao ano anterior? Informe o percentual correspondente ao acréscimo.	Não - 00 35 informativa
36.	Qual o índice de aproveitamento dos múltiplos órgãos doados para transplante?	informativa
Subtotal - VIII. Transplante de Órgãos		4 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

IX. Banco de Sangue e Células-tronco		
37. O Estado possui banco de sangue público?	Sim - 02	
37.1 O estoque de sangue no banco é suficiente para suprir a demanda necessária?	Não - 00	
	37.1 informativa	
38. O Estado promove campanhas para incentivar a doação de sangue?	sim para a pergunta 38.1 - 03	
38.1 Houve aumento das doações em relação ao ano anterior?	não - 00	
	38. informativa	
39. Qua o percentual de transfusões SUS realizadas por HEMOCENTRO estadual, em relação ao total de transfusões SUS realizadas no Estado?	Informativa	
40. O Estado dispõe de banco público de células-tronco de sangue de cordão umbilical?	Informativa	
Subtotal - IX. Banco de Sangue e Células-tronco	4 quesitos	
X. Controle Social		
41. O Estado possui Ouvidoria de Saúde em funcionamento?	Sim - 2	
	Não - 0	
42. Qual o tempo médio de resposta da Ouvidoria de Saúde do Estado?	> 10 dias - 0	
	< 10 dias - 2	
Subtotal - X. Controle Social	2 quesitos	
XI. Conselho Estadual de Saúde		
43. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Estadual de Saúde durante o último ano? (Não considerar reuniões de nomeações/exclusão de membros ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	≥ 6 reuniões - 02	
	< 6 reuniões - 00	
44. Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS (Plano de Saúde e Relatório de Gestão) foram enviados no prazo legal ao Conselho Estadual de Saúde?	Sim - 01	
	Não - 00	
45. Os instrumentos do Sistema de Planejamento do SUS (Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório de Gestão) do ano anterior foram analisados pelo Conselho Estadual de Saúde?	Informativa	
Subtotal - XI. Conselho Estadual de Saúde	3 quesitos	
XII. Índice Constitucional		
46. Qual o percentual da receita vinculada aplicado em ações e serviços públicos de saúde a que se refere a EC n. 29/00?	≥ 12% - 3 pontos	
	< 12% - 0 ponto	
47. Na apuração do percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde determinado pela EC 29/00 estão sendo observadas as disposições contidas na LC 141/12?	Sim - 3	
	Não - 0	
Subtotal - XII. Índice Constitucional	2 quesitos	
XIII. Gestão/Governança		
48. O Estado disponibiliza nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída desses servidores em local acessível ao público?	Sim - 02	
	Não - 00	
49. Existe controle de tempo de atendimento aos pacientes nas unidades da rede própria estadual de assistência em saúde (horário de entrada x horário de início atendimento médico)?	Sim - 01	
	Não - 00	
50. O Estado utiliza o Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP relativo às políticas públicas da Saúde?	Sim para a pergunta 47 e 47.1 sendo:	
	IAP > 80 e ≤ 100 Ótimo 05	
	IAP > 60 e ≤ 80 Bom 04	
	IAP > 40 e ≤ 60 Razoável 03	
	IAP > 20 e ≤ 40 Baixo 02	
	IAP ≥ 0 e ≤ 20 Crítico 01	
50.1 Qual o resultado do Índice?		
Subtotal - XIII. Governança	3 quesitos	
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde	
Quesitos: 50	i-SAÚDE: 20/100 = 0,20 (20%)	
Pontos máximos: 100		
Pontos mínimos: 000		
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL		
i-SAÚDE = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100		

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

2.1.6. i-SEGP

Objetivo

O índice de Segurança Pública, por meio de indicadores que estabelecem métricas definidas, permite o conhecimento mais amplo da qualidade das ações do Estado na gestão da Segurança Pública, ações essas voltadas à prestação dos serviços e à preservação da vida das pessoas, a exemplos da prevenção social da criminalidade e da política pública de acompanhamento de jovens infratores.

Metodologia Aplicada

Na construção do **i-SEGP**, são utilizados dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Segurança Pública.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Segurança Pública.

A temática foi desenvolvida em 37 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I - Políticas de Segurança Pública;
- II - Sistema Prisional;
- III - Sistema Socioeducativo;
- IV - Sistema de Informação de Segurança Pública;
- V - Controle Social;
- VI - Guarda Municipal;
- VII - Defesa Civil;
- VIII - Institucional;
- IX – Governança.

Memorial de Cálculo do i-SEGP

QUESITOS	PONTUAÇÃO
I. Políticas de Segurança Pública	
1. O Estado possui uma política pública (Programa) específica, voltada à prevenção social da criminalidade?	Sim, para as perguntas 1, 1.1 e 1.3 - 3
1.1 Existe avaliação da eficácia da política?	Sim, para a pergunta 1 e para 1.1 ou 1.3 - 2
1.2 Quem é a população-alvo?	Sim, somente para a pergunta 1 - 1
1.3 A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?	Não - 0
	1.2 Informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

2. O Estado possui uma política pública específica, voltada ao acompanhamento de medidas socioeducativas a adolescentes infratores?	Sim, para as perguntas 2, 2.1 e 2.3 - 3 Sim, para a pergunta 2 e para 2.1 ou 2.3 - 2 Sim, somente para a pergunta 2 - 1
2.1 Existe avaliação da eficácia da política?	Não - 0
2.2 Quem é a população-alvo?	2.2 Informativa
2.3 A política é abrangente o bastante para cobrir toda a população-alvo?	
3. O Estado possui uma política pública voltada para o combate ao tráfico de drogas?	Sim, para as duas perguntas - 3 Sim, apenas para a pergunta 3 - 2 Não, para a pergunta 3 - 0
3.1 Existe avaliação da eficácia desta(s) política(s)?	
4. O Estado possui uma política pública voltada para o combate ao uso de drogas que contemple ações de:	Sim, para todas as letras da 4 e 4.1 - 3 Sim, para mais uma das letras da pergunta 4 - 2 Não, para a pergunta 4 - 0
a) conscientização, informação e prevenção;	
b) acolhimento/tratamento/redução de riscos de usuários de drogas;	
4.1 Existe avaliação da eficácia desta(s) política(s)?	
5. O Estado possui uma política pública voltada à inclusão social de egressos do Sistema Prisional?	Sim, para as 3 perguntas - 3 Sim, somente para a pergunta 5 - 2 Não, para a pergunta 5 - 0
5.1 Existe avaliação da eficácia desta(s) política(s)?	
5.2 Existem ações de sensibilização dirigida à sociedade visando a redução do preconceito e inclusão social? Cite as ações.	
Subtotal - I. Políticas de Segurança Pública	
5 quesitos	
II. Sistema Prisional	
6. O Estado possui registro do número da população prisional – presos condenados e provisórios – existentes em seu território?	Sim - 2 Não - 0 6.1 - Informativa - 0
6.1 Qual o número total registrado em 31 de dezembro do último exercício de:	
a) Presos Condenados:	
b) Presos Provisórios:	
7. O Estado possui registro do perfil da população prisional de condenados e provisórios?	Sim, para a pergunta 7 - 2 Não - 0
7.1 Informar a quantidade de presos por:	7.1 informativa
a) sexo (homens e mulheres)	
Condenados:	
Provisórios:	
b) identidade de gênero (homossexual, heterossexual, transgênero, travesti, etc)	
Condenados:	
Provisórios:	
c) faixa etária (jovens 18-24/ 25-65/acima 65)	
Condenados:	
Provisórios:	
d) raça/cor;	
Condenados:	
Provisórios:	
e) grau de escolaridade	
Condenados:	
Provisórios:	
f) renda;	
Condenados:	
Provisórios:	
g) tipicidade de crime	
Condenados:	
Contra a Pessoa	
Contra o Patrimônio	
Contra a Dignidade Sexual	
Contra a Administração Pública	
Outros	
Provisórios:	
Contra a Pessoa	
Contra o Patrimônio	
Contra a Dignidade Sexual	
Contra a Administração Pública	
Outros	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

8.	O Estado possui registro do número de unidades prisionais em seu território?	Sim, para as perguntas 8, 8.1 e 8.3 - 3 Sim, para uma das perguntas 8 ou 8.1 - 2 Não - 0
8.1	O Estado possui registro do perfil de vagas ofertadas no sistema prisional?	8.2 informativa
8.2	Informe o registro de: a) número de unidades; b) número de vagas masculinas; c) número de vagas femininas; d) tipo de vaga em cada estabelecimento prisional por tipo de regime penal: - segurança máxima; - fechado; - semiaberto; - casa de albergado; - prisão domiciliar sem tornozeleira eletrônica; - liberdade condicional sem tornozeleira eletrônica; - tornozeleira eletrônica; e) dispersão/distribuição no território; f) vagas interditadas e/ou ociosas.	
8.3	O Estado avalia formal e periodicamente* a adequação da oferta do sistema prisional ao perfil da população carcerária? *mínimo anualmente	
9.	O Estado utiliza algum mecanismo de monitoramento de condenados em regime externo, por exemplo, tornozeleiras eletrônicas?	Sim - 2 Não - 0
10.	O Estado possui registro de presos condenados e provisórios que estão: a) trabalhando? Informar o número de presos: Condenados: Provisórios: b) frequentando o ensino formal? Informar o número de presos: Condenados: Provisórios: c) recebendo formação/treinamento profissional? Informar o número de presos: Condenados: Provisórios: d) recebendo assistência jurídica periódica (mínimo anualmente)? Informar o número de presos: Condenados: Provisórios: e) recebendo assistência médica/odontológica periódica (consultas de atenção básica à saúde)? Informar o número de presos: Condenados: Provisórios: Não incluir atendimento de urgência/emergência) - mínimo anualmente.	Sim, para todas as letras da pergunta 10 - 3 Sim, para apenas uma das letras da pergunta 10 - 2 Não, para todas as letras - 0
11.	O Estado dispõe de regulamentação simplificada que facilite e incentive as parcerias com a iniciativa privada e os órgãos públicos para absorção da força de trabalho dos presos e egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho?	Sim para as duas perguntas 11 e 11.1 - 3 Sim para pergunta 11 - 2 Não - 0
11.1	Há divulgação dessa oportunidade à iniciativa privada e aos órgãos públicos?	
12.	Qual o percentual de presos ou egressos do sistema prisional absorvido no mercado de trabalho? a) na iniciativa privada b) nos órgãos públicos	> 30% - 3 10% ≥ 30% - 2 Não - 0
Subtotal - II. Sistema Prisional		7 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

III. Sistema Socioeducativo

13.	O Estado possui registro do perfil da população adolescente cumprindo medida socioeducativa por: a) sexo (homens e mulheres); b) faixa etária abaixo de 14 anos de 14 a 16 anos de 16 a 18 anos de 18 a 21 anos c) raça/cor; d) identidade de gênero (homossexual, heterossexual, transgênero, travesti, etc); e) grau de escolaridade; f) renda; g) tipicidade do crime motivador da determinação de medida sócioeducativa?	Sim, para duas letras da pergunta 13 - 2 Não - 0
14.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade que: a) estão cumprindo a medida em estabelecimento apropriado; b) estão cumprindo a medida fora do estabelecimento apropriado; c) não estão cumprindo a medida por falta de vagas/ estabelecimento apropriado?	Sim - 2 Não - 0
15.	O Estado tem registro do número de adolescentes condenados ao cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto que: a) estão cumprindo a medida adequadamente; b) estão cumprindo a medida fora das condições impostas, por falta de estruturação do serviço/oferta estatal; c) não estão cumprindo a medida por falta de estruturação do serviço/oferta estatal?	Sim - 2 Não - 0
16.	O Estado calcula a superlotação/ociosidade de vagas para cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade: a) masculinas; b) femininas; c) adequação do local de oferta com o local da demanda?	Sim - 2 Não - 0

Subtotal - III. Sistema Socioeducativo

4 quesitos

IV. Sistema de Informação de Segurança Pública

17.	O Estado possui sistema de videomonitoramento ou acessa o sistema dos municípios do seu território?	Sim, para as perguntas 17 e 17.1 - 3 Sim, apenas para a pergunta 17 - 2
17.1	O uso das imagens é integrado/compartilhado entre as forças policiais para prevenção/repressão, investigação e Poder Judiciário?	Não - 0 17.2 informativa
17.2	Qual percentual do território estadual coberto pelo sistema de videomonitoramento?	
18.	O Estado possui sistema automatizado de Identificação Civil (AFIS - Automated fingerprint identification system)?	Sim - 3 Não - 0
18.1	Qual a cobertura da população cadastrada?	
18.2	Qual o percentual de registros físicos digitalizados?	
19.	O Estado possui sistema integrado (informatizado ou não) de informações de segurança?	Sim, para todas as perguntas - 3 Sim, apenas para a pergunta 19 - 2
19.1	Produz periodicamente informações de segurança?	Na pergunta 19.2 permitir marcar mais de uma alternativa
19.2	É automatizado/integrado com os sistemas de registro de: a) policiamento ostensivo e prevenção da ordem; b) policiamento jurídico e investigação; c) prevenção social; d) informações prisionais; e) informações do Judiciário; f) Informações do Socioeducativo?	Não - 0

Subtotal - IV. Sistema de Informação de Segurança Pública

3 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

V. Controle Social	
20. O Estado possui um sistema de Disque-Denúncia que garanta o anonimato? Informe o número.	Sim, para as duas perguntas - 3 Sim, apenas para a primeira pergunta - 2 Não - 0
20.1 O Estado tem registro do processo de classificação e sistematização das informações, de forma a promover o maior aproveitamento possível da denúncia para esclarecimento de crimes e fenômenos de interesse da Segurança Pública?	
Subtotal - V. Controle Social	1 quesito
VI. Guarda Municipal	
21. Os municípios do Estado com mais de 50.000 habitantes possuem Guarda Municipal?	Sim, para as duas perguntas - 3 Sim, apenas para a primeira pergunta - 2 Não - 0
21.1 Quantos municípios do Estado possuem a Guarda?	21.1 - informativa
21.2 O governo do Estado possui ações de apoio, articulação, capacitações e avaliações das Guardas Municipais existentes no Estado?	
Subtotal - VI. Guarda Municipal	1 quesito
VII. Defesa Civil	
22. O Estado possui a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - Cedec devidamente estruturada?	Sim - 3 Não - 0
23. O Estado utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrências de Defesa Civil?	Sim, para todas as perguntas - 3 Sim, apenas para a primeira pergunta - 2 Não - 0
23.1 Esse sistema está integrado ao S2ID (Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União)?	
23.2 Esse sistema está integrado aos outros sistemas de registro de ocorrências das demais unidades de segurança (REDS/BO, etc)?	
24. O Estado possui algum tipo de levantamento para identificação de riscos em seus municípios que demandam intervenções do Poder Público?	Sim, para todas as perguntas - 3 Sim, apenas para a pergunta 24 - 2 Não - 0
24.1 O levantamento identifica riscos de:	
a) Incêndio e Pânico em edificações;	
b) Riscos Geológicos (nos termos Lei 13.425/17);	
c) Riscos Hidrológicos (nos termos Lei 13.425/17);	
d) outros riscos de desastres naturais (meteorológicos, climatológicos, biológicos) ou tecnológicos (substâncias radioativas, produtos perigosos relacionados a obras civis e a transporte de passageiros, e cargas não perigosas)? Especifique	
25. O Estado possui registro do número de municípios que formalizaram o Plano de Contingência de Defesa Civil?	Sim, para todas as perguntas - 3 Sim, para apenas uma das perguntas - 2 Não - 0
25.1 O Estado possui registro do número de municípios que possuem uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência?	
25.2 O Estado avalia periodicamente se os Planos Municipais de Contingência de Defesa Civil estão alinhados à política de resiliência adotada pelo Brasil no Marco SENDAI?	
25.3 O Estado realiza simulações dos Planos de Contingência? (caso positivo, informar a periodicidade).	
25.4 Quantos municípios do território estadual possuem:	
1 - Plano de Contingência;	
2 - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil capacitada periodicamente para ações de resiliência;	
Subtotal - VII. Defesa Civil	4 quesitos
VIII. Institucional	
26. Informe o número de efetivos:	Mínimo de 3 alternativas respondidas - 2 Não - 0
a) Da Polícia Militar;	
b) Do Corpo de Bombeiros;	
c) Da Defesa Civil;	
d) Da Polícia Civil;	
e) De Agentes penitenciários;	
f) De Agentes sócioeducativos.	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

27.	O Estado oferece cursos de capacitação periódicos aos seus agentes da Segurança Pública:	Sim, para todas as perguntas - 3
	a) Polícia Militar;	Sim, apenas para a pergunta 27 - 2
	b) Corpo de Bombeiros;	Não para a pergunta 27 - 0
	c) Defesa Civil;	Na pergunta 27, permitir seleção múltipla
	d) Polícia Civil;	
	e) Agentes penitenciários;	
	f) Agentes sócioeducativos?	
27.1	O Estado faz avaliações periódicas das capacitações ofertadas?	
27.2	As capacitações promovem o compartilhamento de estruturas, bases de dados e informações entre os diversos agentes, de forma que todos tenham uma visão completa do ciclo da Segurança Pública (prevenção, repressão, investigação, denúncia, condenação, cumprimento de pena, reintegração social)?	
28.	O Estado possui Conselhos de Segurança Pública nos municípios do seu território?	Sim, para todas as perguntas - 3
		Sim, para a pergunta 28 - 2
28.1	Instalados com reuniões periódicas (informar a periodicidade)?	Não - 0
28.2	Instalados com atribuições consultivas ou deliberativas?	
Subtotal - VIII. Institucional		3 quesitos
IX. Governança		
29.	O Estado registra o número de crimes violentos ocorridos em seu território?	Sim e informou todas as alternativas - 3
		Sim e informou uma das alternativas - 2
29.1	Informe o quantitativo apurado no ano avaliado:	Não - 0
	1. CONTRA A PESSOA:	
	a) Homicídios;	
	b) Estupros;	
	c) Lesão Corporal Grave;	
	d) Tortura.	
	2. CONTRA O PATRIMONIO:	
	a) Roubo:	
	a1 - roubo à mão armada com arma de fogo;	
	a2 - roubo à mão armada com arma branca.	
	b) Sequestro;	
	c) Extorsão.	
30.	Qual o quantitativo de ocorrências registradas no ano avaliado relativas a:	No mínimo 3 alternativas informadas - 3
	a) violência doméstica;	Pelo menos 1 alternativa informada - 2
	b) homofobia;	Não - 0
	c) racismo;	30.1 informativa
	d) intolerância religiosa;	
	e) violência contra a população de rua;	
	f) violência policial;	
	g) violência contra crianças e adolescentes?	
30.1	O Estado utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento dessas ocorrências?	
31.	O Estado registra a taxa de letalidade dos agentes do sistema de segurança:	Sim, para todas as perguntas - 2
	a) Da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros;	Sim, apenas para uma das perguntas - 1
	b) Da Polícia Civil;	Não - 0
	c) Do Sistema Prisional;	
	d) Do Sistema de medidas socioeducativas privativas de liberdade?	
32.	O Estado registra e calcula periodicamente a relação entre os crimes violentos contra a pessoa e o número de inquéritos concluídos de	Sim, para todas as alternativas - 2
	a) Homicídios;	Sim, para apenas uma das alternativas - 1
	b) Estupros;	Não - 0
	c) Lesão Corporal Grave;	
	d) Tortura?	
33.	O Estado mede e registra o tempo de resposta do 190:	Sim, para todas as alternativas - 3
	a) Tempo de espera da chamada;	Sim, para apenas uma das alternativas - 2
	b) Tempo de espera entre o início da chamada e a designação da força policial;	Não - 0
	c) Tempo entre o início da chamada e a chegada da força policial?	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

34.	O Estado realiza avaliações periódicas da qualidade do atendimento policial e de custódia de apenados:	Sim, para todas as perguntas - 3
	a) Da Polícia Militar;	Sim, para apenas uma das perguntas - 2
	b) Da Polícia Civil;	Não - 0
	c) Do Sistema Prisional;	
	d) Do Sistema de medidas socioeducativas;	
	e) Do Corpo de Bombeiros;	
	f) Da Defesa Civil?	
34.1	As avaliações consideram a opinião do público estratégico interessado (população atendida, especialistas, outras instituições públicas, ou seja, os stakeholders)?	
34.2	As avaliações são feitas por institutos de pesquisa externos/independentes?	
34.3	Qual a periodicidade das avaliações e quando ocorreu a última:	
	a) Da Polícia Militar;	
	b) Da Polícia Civil;	
	c) Do Sistema Prisional;	
	d) Do Sistema de medidas socioeducativas;	
	e) Do Corpo de Bombeiros;	
	f) Da Defesa Civil?	
35.	O Estado pesquisa/avalia periodicamente a sensação de segurança da população?	Sim - 1
	a) Qual a periodicidade?	Não - 0
	b) Qual o resultado da pesquisa nas últimas edições? (abrangência máxima de um período de 15 anos)	a e b informativas
36.	O Estado realiza acompanhamento periódico de todo o ciclo de atividades de Segurança Pública para crimes violentos contra a pessoa?	Sim, mínimo 3 alternativas - 2
	a) Registro de ocorrências versus atuação policial preventiva/ostensiva (quantos registros de ocorrências motivaram ações de flagrante/recuperação do bem/ resgate de pessoa/impedimento do crime tentado);	Sim, para apenas uma das alternativas - 1
	b) Registro de flagrantes com número de prisões provisórias transformadas em denúncias;	Não - 0
	c) Registro de ocorrências versus abertura de inquéritos;	
	d) Registro de ocorrências versus conclusão de inquéritos;	
	e) Registro de ocorrências versus encaminhamento de inquéritos para o Ministério Público;	
	f) Registro de ocorrências versus oferecimento de denúncia;	
	g) Registro de ocorrências versus condenações;	
	h) Registro de ocorrências versus cumprimento de sentença;	
	i) Registro de ocorrência versus reincidência?	
37.	O Estado utiliza o Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP relativo às políticas públicas de Segurança Pública?	Sim para a pergunta 37 e 37.1 sendo:
		IAP > 80 e ≤ 100 Ótimo 05
		IAP > 60 e ≤ 80 Bom 04
		IAP > 40 e ≤ 60 Razoável 03
		IAP > 20 e ≤ 40 Baixo 02
		IAP ≥ 0 e ≤ 20 Crítico 01
		Não - 0
37.1	Qual o resultado do Índice?	
Subtotal - IX. Governança		9 quesitos
TOTALIZAÇÃO		Peso da Dimensão Segurança Pública
Quesitos: 37		i-SEGP: 20/100 = 0,20 (20%)
Pontos máximos: 100		
Pontos mínimos: 000		
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL		
i-SEGP = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100		

2.1.7. i-AMB

Objetivo

O índice de Meio Ambiente busca conferir maior clareza à realidade do Estado, trazendo indicadores com métricas estabelecidas para medir a qualidade das ações na gestão do Meio Ambiente Estadual, quanto à prestação dos serviços e a consequente melhoria da qualidade de vida das pessoas, especialmente aquelas relacionadas à água, ao solo, ao ar, à biodiversidade, entre outras.

Metodologia Aplicada

O **i-AMB** é construído a partir de dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle, além do emprego do Índice de Avaliação do Planejamento (IAP) para avaliar o grau de planejamento relativo à Função Meio Ambiente e à Função Saneamento.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão da Meio Ambiente.

A temática foi desenvolvida em 43 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I - Água;
- II - Solo;
- III - Ar;
- IV - Biodiversidade;
- V - Saneamento e Resíduos;
- VI - Mudanças Climáticas;
- VII - Educação Ambiental;
- VIII - Institucional;
- IX - Governança.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Memorial de Cálculo do i-AMB

QUESITOS		PONTUAÇÃO
I. Água		
1. O Estado possui programa ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade das águas?	Sim - 03 Não - 00	
2. O Estado adota e publica o Índice de Qualidade das Águas - IQA?	Sim para 2 e 2.1 - 02	
2.1 Houve evolução no Índice de Qualidade das Águas - IQA em relação ao ano anterior?	Sim para apenas a 2 - 01 Não - 00	
3. O Estado possui programa ou ação de melhoria, controle e monitoramento da quantidade das águas?	Sim - 03 Não - 00	
4. O Estado adota e publica indicador de quantidade das águas? Informe o indicador.	Sim para 4 e 4.1 - 02 Sim para apenas a 4 - 01	
4.1 Houve melhoria deste indicador comparado ao último ano?	Não - 00	
5. Qual o percentual da população do Estado abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada, com exceção da população atendida pelo serviço de distribuição de água tratada prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 3 ≥50% e <80% - 2 ≥20% e <50% - 1 <20 - 0	
6. O Estado possui programas ou ações de preservação e incremento de fontes de água potável?	Sim para as perguntas 6 e 6.1 - 03 Sim, apenas para a pergunta 6 - 02	
6.1 Existe avaliação da eficácia dos programas ou ações?	Não - 00	
7. O Estado promove monitoramento da disponibilidade de recursos hídricos para consumo humano, apontando potenciais riscos de interrupção de fornecimento de água em casos de estiagem?	Sim, para as perguntas 7 e 7.1 - 02 Sim, apenas para a pergunta 7 - 01 Não para a pergunta 7 - 00	
7.1 Nestes casos, ações de contingenciamento e racionalização são implantadas para reduzir estes riscos? Informe as ações.		
8. Existem ações e medidas de contingenciamento e racionalização para provisão de água potável e de uso comum no Estado? Informe as ações e medidas	Sim para as perguntas 8 e 8.1 - 02 Sim, apenas para a pergunta 8 - 01 Não - 00	
8.1 Existe avaliação da eficácia dessas ações e medidas?	8.2 informativa	
8.2 Essas ações e medidas são direcionadas a todos os usuários (pessoa física e pessoa jurídica)?		
9. Existe plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	Sim - 03 Não - 00	
Subtotal - I. Água		9 quesitos
II. Solo		
10. O Estado possui programa ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do solo?	Sim - 03 Não - 00	
11. O Estado adota e publica indicador para a qualidade do solo? Informe o indicador.	Sim para 11 e 11.1 - 02 Sim para apenas a 11 - 01	
11.1 Houve melhoria deste indicador comparado ao último ano?	Não - 00	
12. O Estado possui ações para redução do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos?	Sim - 03 Não - 00	
13. O Estado possui programa ou ação para reabilitação de áreas degradadas e contaminadas?	Sim para a 13 e 13.1 - 03 Sim para apenas 13 - 02	
13.1 Houve evolução em relação ao ano anterior?	Não - 00	
13.2 Qual o percentual de áreas recuperadas em relação às áreas degradadas?	13.2 informativa	
Subtotal - II. Solo		4 quesitos
III. Ar		
14. O Estado possui programa ou ação de melhoria, controle e monitoramento da qualidade do ar e emissões atmosféricas?	Sim - 03 Não - 00	
15. O Estado avalia a qualidade do ar por meio de indicador? Qual?	Sim para a 15 e 15.1 - 02	
15.1 Houve melhoria deste indicador comparado ao último ano?	Sim para apenas 15 - 01	
16. O Estado possui programa de inspeção veicular e plano de controle de poluição veicular? Qual?	Sim - 03 Não - 00	
17. O Estado possui programa de inspeção sobre as emissões poluentes das indústrias? Qual?	Sim - 03 Não - 00	
Subtotal - III. Ar		4 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

IV. Biodiversidade		
18.	O Estado possui programa ou ação para proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna e a biodiversidade florestal?	Sim - 03 Não - 00
19.	O Estado controla suas áreas ambientalmente conservadas por meio de indicador? Informe o indicador.	Sim para a 19 e 19.1 - 02 Sim para apenas 19 - 01
19.1	Houve melhoria deste indicador comparado ao último ano?	Não - 00
20.	O Estado tem ações direcionadas à sustentabilidade de propriedades rurais?	Sim - 03 Não - 00
21.	O Estado controla as propriedades rurais sustentáveis por meio de indicador? Qual?	Sim para a 21 e 21.1 - 02 Sim para apenas 21 - 01
21.1	Houve melhoria deste indicador comparado ao último ano?	Não - 00
21.2	Qual o percentual das propriedades rurais sustentáveis em relação ao total de propriedades rurais?	21.2 informativa
22.	O Estado tem programas ou ações para prevenir, de forma mais incisiva, incêndios florestais? Quais?	Sim - 03 Não - 00
23.	No ano avaliado, quantos hectares foram atingidos por incêndios florestais?	Informativa
24.	Qual o percentual de brigadas de incêndios florestais capacitadas no ano avaliado?	≥80 e ≤100% - 3 ≥50% e <80% - 2 ≥20% e <50% - 1 <20 - 0
25.	O Estado possui programa para combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações?	Sim para a 25 e 25.1 - 02 Sim para apenas 25 - 01
25.1	Houve melhoria da situação comparada ao último ano?	Não - 00
25.2	Qual o percentual de cobertura terrestre das áreas susceptíveis à desertificação (ASD) em relação à área total do Estado?	25.2 informativa
26.	O Estado possui programa para implementar a gestão sustentável de florestas, de mitigação do desmatamento, de restauração de florestas degradadas?	Sim para a 26 e 26.1 - 03 Sim para apenas 26 - 02
26.1	Houve melhoria da situação comparada ao último ano?	Não - 00
27.	Qual o percentual da área em relação à área total do Estado de: a) Desmatamento anual b) Cobertura vegetal nativa remanescente; c) Cobertura territorial das Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais) em relação à área total do estado.	informativa
28.	O Estado possui programas ou ações para combater a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas? Informe os programas ou as ações.	Sim para a 28 e 28.1 - 03 Sim para apenas 28 - 02
28.1	Houve melhoria da situação comparada ao último ano?	Não - 00
29.	O Estado tem programas ou ações para promover a preservação completa dos rios, abarcando sua visão panorâmica e beleza cênica? Informe os programas ou ações.	Sim para a 29 e 29.1 - 02 Sim para apenas 29 - 01
29.1	Houve melhoria da situação comparada ao último ano?	Não - 00
Subtotal - IV. Biodiversidade		12 quesitos
V. Saneamento e Resíduos		
30.	O Estado possui Plano Estadual de Saneamento Básico?	Sim - 03
30.1	Qual a sua periodicidade de atualização?	Não - 00
31.	Qual o percentual da população do Estado abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário, com exceção da população atendida pelo serviço de coleta prestado pelos municípios (SAAE)?	≥80 e ≤100% - 3 ≥50% e <80% - 2 ≥20% e <50% - 1
32.	Qual o percentual de tratamento licenciado de esgotamento sanitário no Estado?	Informativa
33.	Qual o número de municípios com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	Informativa
34.	Qual é o percentual da população atendida com destinação adequada de resíduos sólidos urbanos?	≥80 e ≤100% - 3 ≥50% e <80% - 2 ≥20% e <50% - 1 <20 - 0
35.	O Estado tem programas ou ações para promover a redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso?	Sim para a 40 e 40.1 - 03 Sim para apenas 40 - 02
35.1	Houve melhoria da situação comparada ao último ano?	Não - 00
Subtotal - V. Saneamento e Resíduos		6 quesitos
VI. Mudanças Climáticas		
36.	O Estado possui programas e ações de mitigação das mudanças climáticas, ou seja, ações para reduzir o impacto antrópico nas causas das mudanças climáticas?	Sim - 02 Não - 00
37.	O Estado possui programas e ações de adaptação às mudanças climáticas, ou seja, ações para se preparar para eventos climáticos extremos, de forma que o dano seja o menor possível?	Sim - 02 Não - 00
Subtotal - VI. Mudanças Climáticas		2 quesitos

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

VII. Educação Ambiental		
38.	O Estado tem programa ou ação para promoção do uso racional de recursos em seus órgãos e entidades?	Sim - 03 Não - 00
38.1	Informe o percentual de redução do consumo em prédios públicos:	38.1 e 38.2 informativas
a)	energia:	
b)	água:	
c)	papel:	
d)	copo descartável:	
38.2	Informe o percentual de resíduos gerados em prédios públicos destinados à reciclagem.	
39.	O Estado adota na rede estadual de ensino algum programa ou ação de educação ambiental?	Sim - 02 Não - 00
39.1	Informar o percentual da rede estadual de ensino com programa de educação ambiental na grade curricular.	39.1 informativa
Subtotal - VII. Educação Ambiental		1 quesito
VIII. Institucional		
40.	O Estado tem órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, de acordo com a Lei 6.938/81?	Sim - 01 Não - 00
41.	O Estado possui órgão colegiado, consultivo e deliberativo, para tratar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares, entre outros, para o meio ambiente?	Sim - 01 Não - 00
42.	O Estado possui equipe multidisciplinar para análise dos processos de regularização ambiental?	Sim para a pergunta 42 e 42.1 - 01 Não - 0
42.1	Os servidores responsáveis pela análise recebem capacitação específica para o desempenho da função?	42.2 informativa
42.2	Qual a carga horária anual da capacitação?	
Subtotal - VIII. Institucional		3 quesitos
IX. Governança		
43.	O Estado utiliza o Indicador de Avaliação do Planejamento - IAP relativo às políticas públicas de Meio Ambiente e Saneamento?	Sim para a pergunta 43 e 43.1 sendo: IAP > 80 e ≤ 100 Ótimo 05 IAP > 60 e ≤ 80 Bom 04 IAP > 40 e ≤ 60 Razoável 03 IAP > 20 e ≤ 40 Baixo 02 IAP ≥ 0 e ≤ 20 Crítico 01
43.1	Qual o resultado do Índice?	
Subtotal - IX. Governança		1 quesito
TOTALIZAÇÃO		Peso da Dimensão Meio Ambiente
Quesitos: 43		i-AMB: 10/100 = 0,10 (10%)
Pontos máximos: 100		
Pontos mínimos: 000		
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL		
i-AMB = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100		

2.1.8. i-DES

Objetivo

O índice de Desenvolvimento Econômico apresenta indicadores com métricas definidas para facilitar o entendimento das ações que dizem respeito à gestão do Desenvolvimento Econômico Estadual, ressaltando aspectos quanto às ações que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, como, por exemplo, o fomento do Estado às atividades produtivas, à contribuição de cada setor no resultado da economia, ao desenvolvimento regional, em cujo âmbito evidencia-se o conjunto de ativos econômicos de cada região, sua capacidade única de inovar, própria da cultura local dos empresários e trabalhadores, com suas oportunidades nos mercados globais.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

O **IEGE**, nessa dimensão, estimula o alcance do objetivo contido no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”³ da Organização das Nações Unidas – ONU.

Metodologia Aplicada

O **i-DES** é construído a partir de dados estatísticos, produzidos no âmbito do próprio Estado ou de fontes externas a ele; das compras públicas – fator impulsionador da economia do Estado; além de outras fontes de dados e informações obtidos em ações de controle.

Além disso, requer do Estado respostas a uma série de quesitos específicos de gestão do Desenvolvimento Econômico.

A temática foi desenvolvida em 46 quesitos e abordou as seguintes matérias:

- I - Desenvolvimento Econômico;
- II - Desenvolvimento Econômico Regionalizado;
- III - Parcerias Estratégicas;
- IV - Trabalho e Renda;
- V - Turismo;
- VI - Inovação;
- VII - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);
- VIII - Atração de Investimentos Privados;
- IX - Economia Criativa;
- X - Economia Solidária;
- XI - Arranjos Produtivos Locais (APL);
- XII - Tratamento diferenciado e favorecido às EPPs, MEs e MEI;
- XIII - Empreendedorismo;
- XIV - Institucional.

³ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 28/11/2017.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Memorial de Cálculo do i-DES

QUESITOS	PONTUAÇÃO
I. Desenvolvimento Econômico	
1. O Estado promove suas políticas de desenvolvimento econômico orientadas para o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno, decente e produtivo, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivo a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros? (Objetivos 8 e 8.3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - ODS8 - Nações Unidas)	Sim - 03 Não - 00
2. Para atingir níveis mais elevados de produtividade na economia, o Estado, por meio de suas políticas, estimula a diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive com foco em produtos de alto valor agregado? (Objetivo 8.2 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável - ODS8)	Sim - 03 Não - 00
3. O Estado possui agenda para implementação de ações visando a melhoria progressiva da utilização eficiente de recursos na produção e consumo, de forma a reduzir a degradação ambiental, segundo o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis? (objetivo 8.4 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável - ODS8)	Sim - 03 Não - 00
4. O Estado possui meta para sustentar o crescimento econômico per capita, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)?(Objetivo 8.1 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável - ODS8)	Sim - 03 Não - 00
5. O Estado dispõe de instrumentos para apoiar ou estimular a oferta de crédito para as atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento econômico? Especifique.	Sim - 03 Não - 00
5.1 Qual o volume de recursos desembolsados no ano avaliado?	5.1 e 5.2 informativas
5.2 Qual a variação em relação ao ano anterior?	
6. Na elaboração das políticas de desenvolvimento econômico, o Estado promove a compatibilização com o programas federais e municipais de desenvolvimento?	Sim - 02 Não - 00
7. O Estado adota na rede estadual de ensino algum programa ou ação de educação sobre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico?	Sim - 02 Não - 00
7.1 Especifique em quais níveis de educação a rede estadual de ensino inclui o programa na grade curricular. a) ensino médio b) ensino técnico/profissionalizante c) ensino superior	7.1 informativa
8. O Estado possui critérios para avaliar e hierarquizar o atendimento às demandas por investimentos em infraestrutura? Especifique.	Sim - 01 Não - 00
Subtotal - I. Políticas de Desenvolvimento Econômico	
8 quesitos	
II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado	
9. O Estado divide seu território em áreas ou regiões com a finalidade de potencializar o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00
10. O Estado dispõe de política estruturada/programas para incentivar o desenvolvimento econômico regionalizado?	Sim para as 2 perguntas - 03 Sim para a pergunta 10 - 02
10.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Não - 00
10.2 Informe quais iniciativas são adotadas.	10.2 Informativa
11. O Estado apoia suas regiões na identificação e exploração de seus principais ativos, bem como no diagnóstico das vantagens competitivas locais?	Sim - 03 Não - 00
12. O Estado estimula a implantação ou expansão de empresas em áreas de mais baixo IDH?	Sim - 03 Não - 00
12.1 Qual o volume de emprego formal e da arrecadação tributária gerada por estes investimentos?	12.1 e 12.2 Informativas
12.2 Qual a variação em relação ao ano anterior?	
Subtotal - II. Desenvolvimento Econômico Regionalizado	
4 quesitos	
III. Parcerias Estratégicas	
13. O Estado induz a aproximação entre os setores público e privado, por meio de parcerias? (Ex: universidades, instituições de pesquisa, instituições profissionalizantes, empresas privadas)	Sim - 02 Não - 00
13.1 Informe quais as modalidades de parcerias e os instrumentos utilizados para realizá-las.	14.1 informativa

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

14. O Estado aporta capital no setor produtivo por meio de programas/ações estratégicas?	Sim - 02 Não - 00
14.1 Qual o volume de recursos no ano avaliado?	
Subtotal - III. Parcerias	2 quesitos
IV. Trabalho e Renda	
15. O Estado dispõe de uma política estruturada de trabalho e renda?	Sim para as 2 perguntas - 03
15.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 15 - 02
15.2 Informe quais iniciativas são adotadas.	Não - 00
Subtotal - IV. Trabalho e Renda	1 quesito
V. Turismo	
16. O Estado dispõe de política para desenvolvimento do Turismo de forma sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais? (objetivo 8.9 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável - ODS8)	Sim para as 2 perguntas - 03 Sim para a pergunta 16 - 02
16.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Não - 00
16.2 Informe quais os segmentos da indústria de turismo apoiados por essa política.	16.2 Informativa
Subtotal - V. Turismo	1 quesito
VI. Inovação	
17. O Estado estimula a inovação como forma de abertura de novas perspectivas econômicas?	Sim para as 2 perguntas - 03 Sim para a pergunta 17 - 02
17.1 Há indicadores para avaliar o impacto, com base em evolução do emprego, registro de patentes ou inclusão de novos produtos no mercado?	Não - 00
Subtotal - VI. Inovação	1 quesito
VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	
18. O Estado aplica recursos em apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), inclusive científica?	Sim - 03 Não - 00
18.1 A aplicação desses recursos está determinada em norma específica?	18.1 informativa
19. O Estado cumpre as determinações legais de investimentos em P&D?	Sim - 01 Não - 00
20. Há critérios de seleção pública para as modalidades de apoio oferecidas?	Sim - 02 Não - 00
21. O Estado oferta linhas de pesquisa para o desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00
22. O Estado dispõe de instrumento para integrar a oferta de cursos técnicos/profissionalizantes às necessidades produtivas ou à política de desenvolvimento econômico?	Sim - 03 Não - 00
Subtotal - VII. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	5 quesitos
VIII. Atração de Investimentos Privados	
23. O Estado dispõe de mecanismos para atração de investimentos e financiamentos privados nacionais e internacionais?	Sim - 03 Não - 00
24. O Estado avalia os resultados de sua política de atração de investimentos?	Sim - 02
24.1 Qual o volume de emprego formal e da arrecadação tributária gerada por estes investimentos?	Não - 00
24.2 Qual a variação em relação ao ano anterior?	24.1 e 24.2 Informativas
Subtotal - VIII. Atração de Investimentos Privados	2 quesitos
IX. Economia Criativa	
25. O Estado tem política estruturada de estímulo à economia criativa?	Sim para as duas perguntas - 3
25.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	Sim para a pergunta 25 - 2
25.2 Informe quais os setores apoiados por essa política.	Não - 0
Subtotal - IX. Economia Criativa	1 quesito

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

X. Economia Solidária		
26. O Estado dispõe de política voltada ao fomento e incentivo ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários?	Sim para as duas perguntas - 3 Sim para a pergunta 26 - 2 Não - 0	
Relacione as iniciativas dessa política		
26.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	26.2 informativa	
26.2 Relacione as iniciativas dessa política.		
27. O Estado dispõe de regulamentação para estimular os empreendimentos econômicos solidários?	Sim - 01 Não - 0	
28. O Estado possui Conselho Estadual de Economia Popular Solidária?	Sim - 01 Não - 0	
29. O Estado realiza compras públicas diretamente da agricultura familiar?	Sim, e o percentual $\geq 30\%$ - 3	
29.1 Qual o percentual das compras públicas realizadas junto à agricultura familiar no ano avaliado?	<30% - 1 Não - 0	
Subtotal - X. Economia Solidária		4 quesitos
XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)		
30. O Estado dispõe de política voltada ao fomento e incentivo dos arranjos produtivos locais (APL), com vistas ao fortalecimento e ordenamento da economia local?	Sim para as perguntas 30 e 30.1 - 3 Sim para a pergunta 30 - 2 Não - 0	
30.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	30.2 informativa	
30.2 Especifique os principais instrumentos de incentivo.		
31. O Estado dispõe de regulamentação para estimular os APLs?	Sim - 01 Não - 0	
Subtotal - XI. Arranjos Produtivos Locais (APL)		2 quesitos
XII. Tratamento diferenciado e favorecido às EPPs, MEs e MEI		
32. O Estado utiliza as compras públicas como instrumento de indução do desenvolvimento econômico regional?	Sim - 03 Não - 00	
32.1 Informe quais mecanismos são adotados.	32.1 Informativa	
33. O Estado elabora e divulga o seu Plano Anual de Compras?	Sim - 01	
34. O Estado possui sistema eletrônico de gestão das compras e contratações?	Sim - 01	
35. Qual o valor total de aquisições do Estado no ano avaliado?	Informativa	
36. No ano avaliado, qual o percentual de licitações realizadas na modalidade pregão presencial e pregão eletrônico?	Informativa	
37. O Estado tem política de apoio aos pequenos negócios (EPP, ME, MEI)?	Sim para as perguntas 37 e 37.1 - 3 Sim para a pergunta 37 - 2 Não - 0	
37.1 Há indicadores para avaliação do impacto dessa política?	37.2 informativa	
37.2 Informe as iniciativas e setores (CNAE) apoiados.		
38. O Estado possui cadastro de fornecedores permitindo identificar seu porte (MEI, ME, EPP)?	Sim - 02 Não - 00	
39. Nas aquisições públicas, o Estado observa o disposto nos artigos 42 a 45, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, quanto ao tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas?	Sim para a pergunta 39 e 39.1 - 03 Sim para a pergunta 39 - 02 Não - 00	
39.1 O Estado dispõe de normas ou regulamentos adicionais aos previstos em âmbito federal? Especifique.	Permitir marcar mais de uma alternativa na 39.2	
39.2 Do total geral de aquisições, qual o percentual de participação dos pequenos negócios (EPP, ME, MEI)?		
40. Nas aquisições com valor até R\$80.000,00, qual percentual das licitações foi realizado com exclusividade para os pequenos negócios (EPP, ME, MEI)? (Artigos 47 e 48, inciso I, da LC nº 123/2006)?	Informativa	
40.1 Qual o valor liquidado das licitações acima em relação ao total das aquisições?		
40.2 Do total das licitações com exclusividade para os pequenos negócios, qual o percentual de licitações desertas e fracassadas?		
Subtotal - XII. Tratamento diferenciado e favorecido às EPPs, MEs e MEI		9 quesitos
XIII. Empreendedorismo		
41. O Estado possui programas ou ações articuladas com parceiros para a qualificação de empresários e trabalhadores, bem como para o incentivar o empreendedorismo? Especifique	Sim - 02 Não - 00	
42. O Estado tem política de capacitação dos empreendedores locais, inclusive os	Sim - 02	
42.1 Informe as iniciativas adotadas nesta política.	Não - 00	
43. O Estado dispõe de espaço físico/virtual que centralize o atendimento necessário a empreendedores e às empresas para facilitar a gestão do negócio, desde a abertura ao encerramento das atividades?	Sim - 01 Não - 00	

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

44. O Estado dispõe de mecanismos on line para fornecimento de licenças e autorizações a empreendedores e empresas?	Sim - 01 Não - 00
44.1 Em quais áreas? a) fazendária b) ambiental c) agrícola d) outras	Permitir marcar mais de uma alternativa
Subtotal - XIII. Empreendedorismo	4 quesitos
XIV. Institucional	
45. Existe(m) Unidade(s) administrativa(s) destinada(s) à promoção do desenvolvimento econômico do Estado? Como secretaria, agências de fomento ou equivalente? Identifique.	Sim - 02 Não - 00
46. Os servidores responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Estado recebem capacitação específica para o desempenho da função?	Sim e ≥ 40 horas 02 Sim e < 40 horas 01 Não 0
46.1 Qual a carga horária anual de capacitação?	Não 0
Subtotal - XIV. Institucional	2 quesitos
TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Desenvolvimento Econômico
Quesitos: 46	i-DES: 10/100 – 0,10 (10%)
Pontos máximos: 100	
Pontos mínimos: 000	
FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL	
i-DES = (Somatório da pontuação de cada quesito)/100	

3. CONCLUSÃO

O IEGE, ao mesmo tempo em que mede a ação do Estado nas sete dimensões, estimula a contínua ampliação do bem-estar dos cidadãos, pois a aferição de resultados possibilita correção de rumos a partir de, por exemplo, redução da pobreza e das desigualdades regionais; aumento da empregabilidade; desenvolvimento e diversificação da economia; estímulo à inovação; oportunidade de vida com mais saúde, mais educação e segurança; utilização sustentável dos recursos ambientais; promoção do correto planejamento estadual e gestão fiscal eficiente

4. GLOSSÁRIO DE TERMOS E CONCEITOS

4.1 i-PLANEJ

IAP - Índice de Avaliação do Planejamento.

IEEO - Índice de Equilíbrio da Execução Orçamentária.

EFin - Execução Financeira.

EFis - Execução Física.

Controle Social - Sobre o questionamento contido no item 32 – Existem mecanismos que permitem o monitoramento da inclusão e da implementação das demandas levantadas nas audiências públicas pela sociedade – registra-se a realidade do Estado de Minas Gerais, onde a Constituição - CE/89 estabelece que na elaboração dos instrumentos de planejamento seja assegurada a participação popular, conforme prescrito no art. 157, § 5º. No art. 158, a CE/89 prescreve ainda que a lei orçamentária assegurará investimentos prioritários ao atendimento das propostas definidas nas audiências públicas regionais. Com o objetivo de dar transparência e possibilitar o controle e avaliação das ações decorrentes da participação popular na elaboração e revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG e na execução da Lei Orçamentária Anual - LOA do Estado, foi recomendado, no parecer prévio deste TCEMG sobre as Contas Governamentais do Exercício de 2010, a identificação no PPAG das emendas parlamentares da Comissão de Participação Popular – CPP da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, resultantes dessa participação. Em atendimento, o Estado criou um Identificador de Procedência e Uso – IPU específico para segregar as referenciadas ações, que recebeu o código número 4 - Recursos Recebidos para Atendimento de Demandas de Participação Cidadã. O Identificador de Procedência e Uso – IPU é uma codificação contábil de classificação de despesa e identifica a origem e a utilização dos recursos, informando, dentre outros, se serão para livre utilização, se foram transferidos de outra unidade orçamentária, se objetivam oferecer contrapartida a convênios, acordos e ajustes, se voltam para o financiamento de inativos do FUNFIP, ou se, no caso, foram recebidos para atendimento de demandas de participação cidadã.

4.2 i-FISCAL

Benefícios Heterônomos - são os benefícios concedidos no exercício de política fiscal de caráter nacional e que transcendem o âmbito da decisão individual das unidades federadas.

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

ITCD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LOA - Lei Orçamentária Anual.

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.

MPS - Ministério da Previdência Social.

PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

PPA - Plano Plurianual.

Regra de Ouro - A Constituição Federal de 1988, no art. 167, inciso III, estabelece que a realização de operações de crédito não pode exceder as despesas de capital, ressalvadas as provenientes de créditos adicionais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Esse procedimento, conhecido como "regra de ouro", objetiva inibir, em uma análise global, que haja aumento de endividamento para financiar despesa corrente.

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social.

STN - Secretária do Tesouro Nacional.

4.3 i-EDUC

EF - Ensino Fundamental.

EJA – Ensino de Jovens e Adultos.

EM - Ensino Médio.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

4.4 i-SAÚDE

Autóctone: que se origina da região onde é encontrado, onde se manifesta.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Calendário Nacional de Vacinação⁴:

Calendário Nacional de Vacinação 2017												
Grupo Alvo	Idade	BCG	Hepatite B	Penta/DTP	VIP/VOP	Pneumocócia 10V (conjugada)*	Rotavírus Humano	Meningocócica C (conjugada)*	Febre Amarela **	Hepatite A***	Tríplice Viral	Tetra viral****
Crianças	Ao nascer	Dose única	Dose ao nascer									
	2 meses			1ª dose	1ª dose (com VIP)	1ª dose	1ª dose					
	3 meses							1ª dose				
	4 meses			2ª dose	2ª dose (com VIP)	2ª dose	2ª dose					
	5 meses							2ª dose				
	6 meses			3ª dose	3ª dose (com VIP)							
	9 meses								Dose única			
	12 meses					Reforço		Reforço			1ª dose	
	15 meses			1º reforço (com DTP)	1º reforço (com VOP)					Uma dose		Uma dose
	4 anos			2º reforço (com DTP)	2º reforço (com VOP)							
	9 anos											
Adolescente	10 a 19 anos		3 doses (verificar a situação vacinal)					01 reforço ou dose única (verificar a situação vacinal - 12 a 13 anos)	Dose única (não vacinado ou sem comprovante de vacinação)			
Adulto	20 a 59 anos		3 doses (verificar a situação vacinal)						Dose única (não vacinado ou sem comprovante de vacinação)		2 doses (20 a 29 anos) 1 dose (30 a 49 anos)	
Idoso	60 anos ou mais		3 doses (verificar a situação vacinal)						Dose única (não vacinado ou sem comprovante de vacinação)			
Gestante			3 doses (verificar a situação vacinal)									

Nota: *Administrar Uma dose da vacina Pneumocócia 10V (conjugada) e da vacina Meningocócica C (conjugada) em crianças entre 2 e 4 anos, que não tenham recebido o reforço ou que tenham recebido anteriormente.

** Indicada às pessoas residentes ou viajantes para as áreas com recomendação de vacina. Atentar às precauções e contraindicações para vacinação para gestantes, nutrízes, imunodeprimidos, idosos. Informativa nº 94/2017.

***Administrar Uma dose da vacina hepatite A, em crianças entre 2 e 4 anos, que tenham perdido a oportunidade de se vacinar anteriormente.

****A vacina tetra viral corresponde à segunda dose da tríplice viral e à dose da vacina varicela. Crianças entre 2 e 4 anos que não apresentarem nenhuma dose da vacina com componente varicela,

*****Gestantes que perderam a oportunidade de serem vacinadas durante o período gestacional, administrar Uma dose de dTpa no puerpério, o mais precocemente possível. A vacina dTpa também saúde que atuam em maternidade e em unidade de internação neonatal (UTI/UCI convencional e UCI canguru) atendendo recém-nascidos e crianças menores de 1 ano de idade.

CAPS: Centro de Atenção Psicossocial, é um serviço de saúde aberto e comunitário do SUS, local de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e persistentes e demais quadros que justifiquem sua permanência num dispositivo de atenção diária, personalizado e promotor da vida.

Casos notificados: é a comunicação oficial, à autoridade sanitária competente, da ocorrência de determinada doença.

Casos confirmados: é todo caso de suspeita de doença confirmado laboratorialmente.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

Células-tronco: são células que ainda não têm uma especialização, podendo originar tecidos em laboratório ou ainda substituir órgãos e células para tratar uma grande variedade de patologias e distúrbios humanos.

Citopatológico: é referente ao estudo das doenças a partir de observação ao microscópio de células obtidas por esfregaços, aspirações, raspados, centrifugação de líquidos e outros métodos.

Congênita: é uma característica adquirida pelo bebê no período de tempo no qual permaneceu em gestação. Normalmente, designa defeitos no desenvolvimento do embrião, chamados então de defeitos congênitos. É uma característica atribuída a eventos pré-natais, não necessariamente genéticos ou hereditários.

Coorte: é um conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu no mesmo período; exemplo: coorte de pessoas que nasceram entre 1960 e 1970; coorte de mulheres casadas entre 1990 e 2000; coorte de vítimas do terremoto do Haiti.

Imunobiológico: são medicamentos que contêm uma ou mais substâncias antigênicas que, quando inoculadas, são capazes de induzir imunidade específica ativa a fim de proteger contra, reduzir a severidade ou combater a(s) doença(s) causada(s) pelo agente que originou o(s) antígeno(s).

Letalidade: é o maior ou menor poder que uma doença tem de provocar a morte das pessoas. Obtém-se a letalidade calculando-se a relação entre o número de óbitos resultantes de determinada causa e o número de pessoas que foram realmente acometidas pela doença, com o resultado expresso em percentual.

Matriciamento: é o suporte realizado por profissionais e diversas áreas especializadas dado a uma equipe interdisciplinar com o intuito de ampliar o campo de atuação e qualificar suas ações.

Morbidade: refere-se ao conjunto dos indivíduos que adquiriram doenças num dado intervalo de tempo, é o comportamento das doenças e dos agravos à saúde em uma população exposta.

Proporção de redução/evolução de casos notificados e confirmados em relação ao ano anterior: a proporção será calculada utilizando-se a relação entre o número de casos no ano avaliado/o número de casos no ano anterior.

SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) é um serviço de atendimento às urgências e emergências pré hospitalares.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO ESTADUAL

4.5 i-SEGP

Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da União - S2ID: contém os planos de contingência, de resposta e recuperação e informações relevantes sobre desastres. É um Sistema de fácil consulta para o cidadão, organizado em uma ferramenta geo que permitirá aos gestores públicos e aos pesquisadores desenvolver o conhecimento na gestão de riscos e de desastres.

Sistema Automatizado de Identificação Civil (AFIS - Automated fingerprint identification system): novo documento reunirá todos os documentos pessoais necessários para a vida civil - Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), PIS, PASEP e passaporte - serão cadastrados pelo Sistema por meio de impressão digital e estarão reunidos em uma única carteira.

4.6 i-AMB

ASD - Área Susceptível à Desertificação.

IQA - Índice de Qualidade das Águas.

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente.

4.7 i-DES

APL - Arranjos Produtivos Locais.

CNAE - Cadastro Nacional de Atividades Empresariais.

EPP- Empresa de Pequeno Porte.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

ME - Microempresa.

MEI - Microempresário Individual.

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.

PIB - Produto Interno Bruto.

PIB per capita - Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de habitantes.